

CADERNOS *de* n: 2

*Associação Brasileira de
Ensino de Serviço Social*

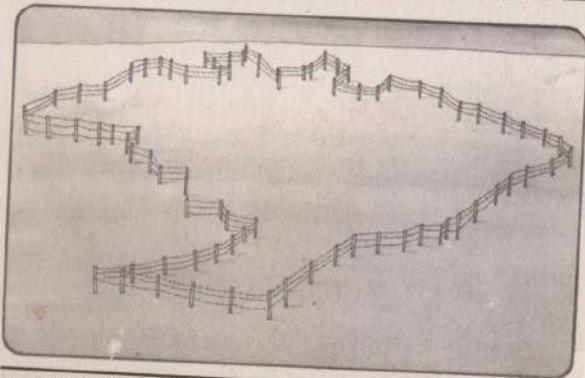
Educação Popular



 **CORTEZ
EDITORA**

27

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE



• **ARTIGOS** • Divergências político-ideológicas no processo de profissionalização do serviço social nos Estados Unidos – **Maria Durvalina Fernandes Bastos** • Agricultura e expansão capitalista (Uma reflexão sobre os planos de governo) – **Anita Aline A. Costa** • A questão do bem-estar do menor no contexto da política social brasileira (Ensaio de interpretação) – **Potyara A. P. Pereira** • Os juristas e o aconselhamento de ajuda – **José Alberto Barbosa** • Assistência técnica e supervisão de programas em serviço social – **Vera Maria Ribeiro Nogueira** • Dependência de empregada (O espaço da exclusão) – **Leda Teles** • PLIMEC: em busca de uma interpretação – **Maria Lucia Rodrigues** e **Sandra Maria Lapeiz** • Considerações sobre um programa de implantação e assistência à AIDS – **Maria Helena Yugulis** • O "Programa do Bom Menino" ou de como preparar mão-de-obra barata para o capital – **Pedrinho A. Guareschi**.

CORTEZ
EDITORA

ANO IX – OUTUBRO DE 1988

Sumário

Apresentação	3
Seminário	
<i>Estado e movimentos sociais na América Latina</i>	
Emir Sader	5
<i>As relações internacionais e a dívida externa</i>	
Carlos Alberto Plastino	20
<i>Movimentos sociais e educação popular</i>	
Elimar Pinheiro do Nascimento	29
Debate	
<i>Movimentos sociais: notas para um debate</i>	
Eder Sader	44
Artigo	
<i>Uma alternativa profissional</i>	
Maria Cecília Tobón	57
<i>A produção do conhecimento na educação popular</i>	
João Francisco de Souza	68

CADERNOS ABESS 2

– O processo da formação profissional do assistente social

Conselho editorial: Alba Maria Pinho de Carvalho, Ana Maria Petronetto Serpa, Elizete Cardozo, Josefa Batista Lopes, Maria Carmelita Yazbek, Maria Helena de Almeida Lima, Maria Helena Rauta Ramos, Marilda Villela, Nobuco Kameyama e Vicente de Paula Faleiros.

Diretoria da ABESS (Gestão 87/89):

Justina Iva de Araújo Silva – Presidente
Maria Lúcia Santos Ferreira da Silva – Secretária
Maria Pepita Vasconcelos de Andrade – Tesoureira
Maria Celina Correia Leite – Supl. de Presidente
Maria José Teixeira Peixoto – Supl. de Secretária
Domício Rosendo da Silva Filho – Supl. de Tesoureiro

Conselho Diretivo do CEDEPSS (Gestão 87/89):

Eugênia Celia Raizer – Diretora Executiva
Justina Iva de Araújo Silva – Presidente da ABESS
Alba Maria Pinho de Carvalho
Marilda Villela Iamamoto
Nobuco Kameyama

Capa: Paulo F. Leite

Revisão: Maria Aparecida M. Lima

Coordenação editorial: Ana Cândida Costa

Produção gráfica: Adriana Moysés

Supervisão editorial: Antonio de Paulo Silva

Os **Cadernos ABESS** são uma edição da ABESS/CEDEPSS – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social e da Cortez Editora, os quais aceitam colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação.

Os textos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas para a ABESS, Dep. de Serviço Social da Univ. Fed. do Espírito Santo – Campus Universitário – Goiabeira – 29.000 – Vitória – ES.

Edição, Publicação e Comercialização
CORTEZ EDITORA
Rua Bartira, 387 – Tel.: (011) 864-0111
05009 – São Paulo – SP

Impresso no Brasil
Outubro de 1988

Apresentação

Prosseguindo com o seu programa de documentação e publicação dos debates que o Serviço Social vem realizando e participando, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) lança agora o segundo número dos *Cadernos ABESS*, reunindo os eixos temáticos do Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, *Educação Popular* e Serviço Social realizado em Salvador, Bahia, em junho de 1986, para preparar a delegação brasileira à Assembléia Geral da ALAETS, ao Encontro Prévio e ao XII Seminário Latino-Americano de Serviço Social realizados em Medellín, Colômbia, em julho de 1986.

O referido Seminário foi promovido por ALAETS/CELATS/ABESS/CFAS e ENESS, representando o primeiro grande esforço das diferentes instâncias organizativas do Serviço Social no Brasil na perspectiva de contribuir para o avanço, a nível coletivo dos assistentes sociais, do debate sobre os desafios que enfrenta a profissão e os profissionais de Serviço Social em seu processo de desenvolvimento frente à problemática latino-americana.

Não importa a distância entre a realização do Seminário e a divulgação dos conteúdos a ele referentes, e até sem ser a eles limitados. Importa sim o significado coletivo do debate que é atual e cada vez se mostra mais importante e indispensável para o Serviço Social, entendendo-o em suas dimensões nacionais e internacionais. Dois eixos de interesse são destacados:

– um que aponta questões sociais, econômicas e políticas da América Latina, ressaltando-se as relações e perspectivas históricas do Brasil ao nível do continente;

— outro que aponta discussões sobre os movimentos sociais e a educação popular que hoje desafiam, e por isso mesmo são fundamentais à prática contraditória dos profissionais do Serviço Social na América Latina, no esforço por uma articulação orgânica ao projeto popular alternativo.

Trata-se de um conjunto temático bastante complexo cujo debate tem se colocado em diferentes períodos da história, mas que, a partir da década de 70, tem se intensificado, impondo-se como um imperativo para a sociedade latino-americana, para os intelectuais, para os agentes e atores das práticas interventivas ao nível do Estado e da sociedade civil. Por conseguinte, já existe uma ampla produção teórica, apesar dos reconhecidos vazios teórico-conceituais. Sobretudo há uma longa e intensa história dos movimentos sociais no processo da constituição de novos sujeitos históricos e de uma nova ordem social e política na América Latina.

Os textos que compõem este caderno não preenchem, nem pretendem preencher os vazios teórico-conceituais. Notadamente eles contribuem para uma discussão da qual os assistentes sociais também vêm participando no continente, tendo presentes as questões muito concretas que enfrentam como sujeitos inscritos na prática social mais geral, mas também no cotidiano de uma prática profissional exercida fundamentalmente a partir dos organismos do Estado e da empresa privada que são responsáveis pelo projeto burguês de assistência, também hoje enfrentando duros desafios: de um lado avançaram os movimentos populares na reivindicação da assistência como um direito e de outros direitos humanos e sociais, e ao mesmo tempo se acirram as contradições internas da própria burguesia na gerência do capital nacional nos diferentes países do continente, mas movidos pelo capital internacional que impõe regras ao jogo, tendo na dívida externa seu maior aliado.

Por fim vale ressaltar o caráter latino-americano do debate apoiado num processo de articulação de um projeto que tem suas particularidades a nível de cada país no continente mas que precisa avançar em sua dimensão continental. E esta é uma razão que toca forte e em especial o Brasil, conforme aponta e reflete o texto do professor Emir Sader.

Este caderno assume assim uma importante tarefa nesse debate que se amplia e ganha novos contornos nos meios acadêmicos e profissionais e, particularmente, no vigor da prática e da militância nas lutas dos partidos políticos, das centrais sindicais, dos sindicatos, das periferias urbanas, dos trabalhadores rurais, das associações de bairros, dos grupos de mulheres e de organizações populares diversas.

SEMINÁRIO

Estado e movimentos sociais na América Latina*

Emir Sader

Em princípio não é fácil falar da América Latina no Brasil, porque sabemos que a idéia que nos passam, normalmente, é de que o Brasil está *perto* da América Latina, que o Brasil está do *lado* da América Latina. Basta a gente sair do Brasil para chegar na América Latina. Quer dizer, é uma idéia muito mais de *justaposição* do que de *integração*. Até mesmo o mapa brasileiro ou as políticas culturais ou ideológicas de que somos objetos, costumam nos dar uma idéia de que na verdade o Brasil está olhando para a Europa, olhando para o hemisfério norte e de costas para a América Latina.

Esse é um mecanismo que tem muitas vantagens políticas e ideológicas para as elites dominantes. Porque, evidentemente, o Brasil tem diferenças importantes em relação aos países da América hispânica. Vamos mencionar isso justamente na questão do Estado. No entanto, percebemos também que existe um mecanismo de instrumentalização, de utilização dessas diferenças para provocar quase que antagonismos ou distâncias no tempo e no espaço.

Sabemos como nasceu o Estado brasileiro e podemos comparar as diferenças originárias do nascimento do Estado em outros países da América Latina. Quer dizer, aquilo que seria o Estado Nacional, sur-

* Comunicação apresentada no Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Educação Popular e Serviço Social, realizado em Salvador, de 12 a 14 de junho de 1986.

ge como independência política. E a forma pela qual se dá a independência já é um fenômeno muito importante, que diferencia o Brasil de outros países da América Latina e que tem conseqüências na vida política até hoje. Isto é, países como Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Venezuela, Equador, México, por exemplo, instauram o seu Estado Nacional, iniciam suas vidas de países independentes através de uma guerra nacional.

Mas, o que significa o Estado Nacional? Significa a liquidação do colonialismo, a liquidação do domínio espanhol ou português, exercido diretamente sobre os nossos países. Mas a forma como isso se dá nesses países latino-americanos, com exceção do Brasil, é através de um movimento popular de grande amplitude. É uma espécie de guerra de independência.

Isso se dá, primeiramente, sob a forma de *ruptura*, isto é, de expulsão do inimigo externo colonizador, o que tem uma significação muito importante, porque o Estado já nasce com uma reivindicação nacional do país. É uma conquista da Nação contra o inimigo colonizador.

Em segundo lugar, isso se dá através de movimentos com participação maciça de setores populares.

Em terceiro lugar, se dá através de uma ruptura de caráter militar. Isto é, se formam exércitos nacionais que lutam, têm vitórias, têm derrotas, avanços, retrocessos até conseguir expulsar o inimigo espanhol. Então significa também uma consciência mais alta dos interesses próprios, dos inimigos, dos aliados, das formas de lutas, que geram inclusive lideranças nacionais fundadoras da independência; são aqueles que personificam o sentimento nacional nesses países. Artigas no Uruguai, O'Higgins no Chile, San Martín na Argentina, Sucri no Equador, Bolívar praticamente para o conjunto da América Latina.

A fundação do Estado Nacional é feita então através de uma ruptura. E nós sabemos já, pela própria psicologia, como a consciência de si mesmo vem exatamente da consciência das diferenças em relação ao outro, da ruptura com o outro. Então, quanto mais clara essa ruptura, mais facilmente o país adquire a identidade do que é seu. A sua identidade nacional, neste caso, já que se trata de um processo de independência política.

Mas além disso existe uma outra característica importante nesses países, que faz com que a consciência latino-americana seja neles

muito mais marcada, que é o fato de que essas guerras de independência se deram através de um processo de *integração dos exércitos* desses países. Isto é, todos eles, sofrendo a mesma exploração espanhola, formam na verdade coordenações políticas e militares, como, por exemplo, sob a direção de San Martín e de Bolívar, que possibilitaram que os países se tornassem independentes, até que finalmente, na batalha da Ayacucho, no Peru, se dá o enfrentamento final entre o exército latino-americano e as tropas espanholas. Portanto, é um outro elemento significativo de consciência da unidade própria das nações latino-americanas, até mesmo por oposição ao inimigo. São elementos que diferenciam a história da fundação do Estado no Brasil da história de outros países da América Latina.

No Brasil, a independência se dá sob a forma de um negócio de família. Um negócio de pai para filho mascara a passagem da colonização para a independência através da monarquia, através da delegação do poder, da coroa do pai para a cabeça do filho. E todo o processo de pacto político, de conciliação política, tem um preço muito mais caro do que a gente imagina. A começar pela idéia de que quase ninguém percebe o que mudou.

Em segundo lugar, quase ninguém percebe *contra quem* está lutando, quais são os seus aliados, quais são os seus inimigos, e nisso se perde a consciência de identidade própria, a identidade nacional. E a história brasileira infelizmente está muito marcada por isso. Por esses mecanismos de conciliação das elites desde as alturas do Estado, desde a sua própria fundação.

Primeiro, a passagem da coroa de pai para filho. Depois, a concessão da "libertação dos escravos" pelo gesto bondoso da princesa Isabel, que esconde o caráter da rebelião negra que o precedeu. Em terceiro lugar, a Proclamação da República, a que o povo assiste bestificado, uma espécie de golpe militar, de que ele não entende o significado. Posteriormente, a própria Revolução de 30, que é o movimento político de maior importância, por suas conseqüências, até aquele momento. É um movimento militar, feito por setores de elite, com o famoso lema até hoje vigente no Brasil: "Façamos a revolução antes que o povo a faça". São sempre as elites se antecipando ao processo político e tratando com que um acordo consiga diminuir o significado dessas transformações.

Posteriormente, até mesmo o episódio ainda recente do Colégio Eleitoral está perfeitamente encaixado nessa cadeia de acontecimentos que marcam a história brasileira, e que fazem com que ela seja uma história que alguns cientistas políticos dizem ser marcada pelo bismarquismo ou pelas soluções prussianas. Isto é, pelo tipo de transformação política dirigida do alto do Estado, sem a participação direta do movimento popular.

Mas, para não marcar apenas as diferenças e dar razão àqueles que tratam de mostrar que o Brasil é algo diferente da América Latina, vejamos as semelhanças. Sabemos que há uma manipulação extraordinária dos dados estatísticos do crescimento econômico brasileiro, para tentar assimilar o Brasil ao primeiro mundo, dando preferência a que ele seja o último dos países do primeiro mundo a ser um dos primeiros do terceiro. Então, se usa com muito louvor, com muita honra, dados tais como o de que o Brasil seria a oitava economia industrial do mundo capitalista, ou, também com um certo ufanismo, que o Brasil seria a quarta indústria bélica do mundo, o que, mesmo se certo, não deveria provocar ufanismo em ninguém.

No entanto, há outros dados que fazem com que o Brasil seja, provavelmente, o país de desenvolvimento mais desigual no mundo. Se ele é a oitava economia industrial do mundo capitalista, é o octogésimo sexto país do mundo em distribuição de renda. Quer dizer, o Brasil está atrás de todos os países da América Latina em termos de distribuição de renda. A gente tem aquela imagem dos países esfomeados, por exemplo, a Índia com grandes palácios de um lado e fome campeando do outro, o povo sem comer carne. A distribuição de renda na Índia, no Paquistão, no Ceilão, em todos os países da América Latina, no Haiti, no Paraguai, na Bolívia, é menos ruim do que no Brasil.

Então, na verdade, a realidade brasileira terminou não sendo tão diferente do resto da América Latina. Apesar da fundação do Estado Nacional ter características diferentes, a continuidade não foi tão diversa. Isto é, a Independência acabou resultando na mesma coisa em termos históricos para o Brasil e para o resto dos países da América Latina. Passamos da esfera da dependência ibérica para a esfera de dependência da Inglaterra. E, posteriormente, fomos e somos igualmente submetidos à esfera de dominação norte-americana. Isso não

mudou em nada, pelas formas diferentes como se instaurou o Estado no Brasil e no resto do continente.

O Brasil, assim como a América Latina, foi basicamente exportador de matérias-primas e importador de produtos industrializados. É um país exportador de lucros para grandes empresas internacionais. É um país com a questão da terra absolutamente não resolvida. É um país que está na dependência financeira absoluta em relação à dívida externa. Isto é, aquele início de Estado fundado de maneira diferente no Brasil e em outros países teve conseqüências distintas mas não mudou o destino fundamental. Mudou o fato de que no Brasil a consciência nacional é menor do que em outros países da América Latina. Há também uma consciência latino-americana menor aqui do que nos outros países da América Latina. Mas esse é um problema cultural, ideológico e político que pode perfeitamente mudar, porque a realidade concreta não é fundamentalmente diferente. O fato de falar português significou um elemento diferenciador, além do idioma especificamente. Foi esse o fato de que o Brasil, colonizado por Portugal, estava, no momento das guerras napoleônicas, em situação diferente das colônias espanholas. A coroa veio para o Brasil, o que acabou gerando uma transição pacífica do domínio português para país independente. Mas se trata de um elemento particular que não diferencia o Brasil globalmente do conjunto da América Latina. Outros países com idiomas diferentes como o Haiti que fala francês, a Jamaica que fala inglês, por exemplo – estão numa situação exatamente igual à da República Dominicana. Seria exatamente igual à situação de Cuba, se não tivesse havido ali uma revolução; isto é, não é o fato de o idioma ser distinto que diferencia um país de outro. A inserção histórica, social, política e cultural é que constitui os fatores determinantes.

Vou me deter mais no Brasil e na questão do Estado. Nesta questão o Brasil tem invenções próprias, como por exemplo, a tortura, que foi generalizada de maneira generosa pelos serviços de informação e de repressão brasileiros e foram incorporados ao acervo do Uruguai, da Argentina, do Chile, deixando, portanto, de haver uma particularidade brasileira a respeito.

Falar de ditadura também não é invenção nacional. O Brasil apenas aperfeiçoou e reexportou esse modelo de organização do poder. Vamos falar dele no Brasil, mas ele é um fenômeno latino-americano em geral e praticamente do conjunto dos países de terceiro mun-

do. Afinal, o Brasil está doente, não apenas de 20 anos de ditadura, está doente também de séculos de capitalismo subdesenvolvido. Portanto, os elementos comuns do Brasil não são apenas com o Uruguai, o Chile, e a Argentina. Na verdade, estamos inseridos numa divisão internacional do trabalho, em que as grandes potências, os Estados Unidos, a Europa, o Japão, reservam para cada país funções determinadas. E pouco mais, pouco menos, o Brasil tem uma inserção que, grosso modo, é parecida com o conjunto dos países de terceiro mundo. Evidentemente, com um desenvolvimento industrial maior, com uma concentração urbana da população muito maior. Mas, de qualquer maneira, compartilha dos mesmos problemas. A dívida externa nos faz iguais a todos diante do FMI. Portanto, não é uma situação de particularidade muito grande também diante do capitalismo.

Então, falar do Brasil e do Estado, evidentemente, significa falar de *capitalismo*. Quem hoje em dia não quiser falar de capitalismo não deve nem entrar no debate sobre democracia. É evidente que democracia em um país qualquer não significa apenas a *igualdade jurídica* diante da lei. Significa o direito à vida, ao trabalho, à cultura, ao lazer, que são direitos que em geral entram em contradição não com a *lei*, pois pode haver uma lei que garanta teoricamente isso para todo mundo. Mas entra em contradição com as leis do mercado capitalista. Em outras palavras, não é rentável dar casa para todo mundo, quer dizer, não existe nenhuma lei de lucro que possa provar para qualquer empresário privado que vale a pena fazer um imenso programa de casas populares no Brasil. Sabemos que, apesar de ser um programa estatal, o próprio BNH utilizou apenas 70% dos recursos que arrecadou do povo, do conjunto da sociedade, para dirigi-los para os setores que compõem 70% do déficit habitacional no Brasil. Setores que vão até 5 salários mínimos são aqueles setores que contribuem com 70% do déficit habitacional do país. No entanto, o BNH, que é um programa estatal que recolhe dinheiro do conjunto da sociedade, utilizou esses recursos fundamentalmente para construir casas de classe média para cima. E se nem o Estado faz isso, menos ainda fará o empresário privado. Simplesmente porque as regras da oferta e da procura, da taxa de lucro, são incompatíveis com a satisfação dos interesses do conjunto da população. Por que não dar educação para todo mundo? Por que não dar casa para todo mundo? Por que não dar assistência médica grátis para todo mundo? Por que não dar acesso ao lazer, à cultu-

ra? Não é por causa da lei, no sentido jurídico, mas é por causa das *leis objetivas do mercado capitalista*, da chamada economia de mercado livre, onde quem pode mais chora menos.

Então, falar de Brasil, falar de Estado, é falar não apenas de *ditadura e democracia*, mas é necessariamente falar de *capitalismo*. Não vamos nos alongar nesse assunto hoje, porque seria apenas esse um tema suficientemente longo, mas é preciso ter isso muito claro na cabeça. É por isso que a partir de 16 de março de 1985 o país não se transformou radicalmente e nem poderia se transformar. Democracia ou ditadura são formas de organização do regime político e, evidentemente, um regime ditatorial favorece demais a concentração da riqueza na mão de alguns grupos capitalistas, enquanto que o regime democrático *pode* abrir um espaço para movimentos sociais, para forças políticas conseguirem estender benefícios aos setores mais amplos da população.

Mas ingressamos no que se chama de *processo de transição democrática*. O que quer dizer isso em termos de Estado? Bem, não vamos falar teoricamente sobre a questão do Estado, mas pelo menos uma referência vamos dar.

No Brasil, o Estado tem uma grande vantagem: vantagem para compreensão nossa, não vantagem para o interesse do povo. Tem a vantagem de que o Estado tem a sua sede em Brasília, quer dizer, não existe nenhuma ilusão por parte do povo, deste ponto de vista, de que o poder possa estar ao alcance de qualquer um. O poder já não está no Catete, não está na Casa Rosada em Buenos Aires, não está no Palácio da Moneda no Chile em que o Presidente sai na sacada e acena para o povo e dá a impressão de que existe uma relação imediata entre o povo e o poder. Brasília tem essa grande vantagem: é preciso dinheiro para ir a Brasília, é preciso pagar caro para ir até lá, ou ser cooptado por um Ministério, receber uma passagem de um Senador ou de quem quer que seja para chegar até lá.

Então, pelo menos já dá a idéia de que alguma coisa está por cima dos interesses da população, está por cima da cabeça de todo mundo. É algo que geograficamente está longe, que tem uma arquitetura que não tem nada a ver com a situação em que vive o povo em geral. Então, realmente só pode ser através da televisão, o único contato possível dos dirigentes com o povo; é a isso que está sendo reduzida a política no Brasil. Não é mais um fenômeno de rua, é um fe-

nômeno de televisão. Na rua, pelo menos, o político fala para o povo, quem está lá se sente como povo, igual a quem está do lado dele. Na televisão se fala para a família sentada na sala de visita ou na sala de jantar, que é outra coisa, com conotações ideológicas diferentes. Tudo isso tem que ver com a formalização da política, com a institucionalização da política, com o distanciamento em relação à prática do povo.

Mas, o que está em Brasília na verdade não é o Estado, lá está a sede do governo, porque Estado é muito mais do que isso. Se Estado fosse só aquilo, talvez fosse mais fácil mudar as coisas no Brasil, talvez bastasse eleger uma maioria no Congresso ou algo parecido. Na verdade, o que está em Brasília é o que se chama *aparelho do Estado*, ou pelo menos uma parte substancial dos aparelhos do Estado. São os organismos com os quais se dirige o conjunto da Nação, o conjunto do sistema político, o conjunto do sistema econômico.

Mas o Estado não é aquilo, o Estado não é Sarney. O Estado é muito mais do que isso. É o conjunto das instituições que organizam e dirigem a vida política do país. É o Executivo, é o Legislativo, é o Judiciário, mas também, evidentemente, é a Polícia Federal, o Exército, são as empresas capitalistas do Estado, as estatais, são as Universidades em boa medida, as autarquias e muito mais. E, evidentemente, são até alguns partidos, são os partidos governistas, praticamente estatizados, transformados em elos do aparelho do Estado.

Então, o Estado na verdade é uma instituição política com múltiplas mãos, que organiza e dirige o conjunto da vida institucional do país. Alguns deles aparecem com boa imagem ou não, mas a gente precisa ter muito claro, sobretudo quem trabalha em Serviço Social, quem trabalha em instituições fechadas como a FEBEM, a FUNABEM etc. que o Judiciário é uma peça fundamental do Estado. É um poder que parece estar por cima de qualquer suspeita, porque estamos num Estado de Direito. E supõe-se que Estado de Direito é respeitar as leis, e a Justiça trata de personificar as leis, como se elas representassem a vontade democrática da maioria. A população carente, a população abandonada, a população deserdada não encontra na Justiça um instrumento de defesa e proteção, porque os vínculos sociais e políticos da Justiça são de outro tipo. Para quem viveu os vinte anos de militarismo no Brasil sabe que as Forças Armadas foram o eixo fundamental do poder do Estado no Brasil durante o período militar. Não só porque elas estiveram no governo, cederam os principais diri-

gentes, mas também porque ocuparam outros espaços significativos. Por exemplo, até hoje, como uma espécie de prenda pelos serviços prestados, eles dirigem esse monstro imenso que é a indústria bélica brasileira. É uma espécie de prenda para ficarem relativamente tranquilos durante certo tempo. Mas é um brinquedo sumamente perigoso para o Brasil e para o mundo. Até recentemente, uma delegação de deputados brasileiros foi ao Chile (e foi tratada como são tratados os deputados daquele país) e lembrou aos brasileiros, em tom de denúncia, se não sabíamos que o Brasil vende amplamente armas para o regime de Pinochet. O Brasil vende aviões, carros blindados, armamentos etc. Quer dizer, a indústria bélica brasileira não é só instrumento perigoso sob o ponto de vista interno, porque a grande parte da criminalidade que campeia por aí, campeia com armas produzidas no Brasil, como, além do mais, o Brasil chegou a vender armas, por exemplo, para o Iraque e o Irã ao mesmo tempo. É o único país que, com o chamado pragmatismo responsável, conseguiu vender armas para dois países que guerreiam entre si. Então, nenhuma ilusão de que aquela seja uma "guerra santa", de que ninguém entende seu sentido devido ao fanatismo religioso. Isso é falso. Há gente ganhando dinheiro atrás disso, entre outros, a indústria bélica brasileira.

Mas, as Forças Armadas estão presentes ainda no Estado Brasileiro através de outras coisas. Uma delas é através da doutrina de Segurança Nacional, da ideologia que presidiu o Estado Brasileiro durante os vinte anos de ditadura e que deixou muitas seqüelas ainda. Um exemplo é o do restabelecimento de relações do Brasil com Cuba. O Brasil rompeu relações com Cuba, conforme determinações do Departamento de Estado Norte-Americano para todos os países da América Latina num determinado momento, quando Cuba significava, segundo os Estados Unidos, uma alternativa perigosa para o continente. O Brasil de maneira muito subserviente rompeu relações da mesma maneira que todos os países da América Latina, à exceção do México.

Os próprios governantes da Nova República dizem: o restabelecimento de relações do Brasil com Cuba é um problema de Segurança Nacional. O que significa que é o Conselho de Segurança Nacional que decide se é conveniente para o Brasil ter relações políticas e oficiais com Cuba ou não. A alegação é que Cuba interferiria nos assuntos internos de outros países. Se fosse assim, nossas relações com os Estados Unidos não deveriam ser tão boas, porque, como sabemos,

os Estados Unidos têm algumas formas diretas e indiretas de intervenção em vários países do mundo, a começar pelo próprio Brasil. Em todo caso, o grave disso é que se reserva esfera de decisão sobre autonomia nacional entregue para um organismo como o Conselho de Segurança Nacional e continua a se invocar uma chamada Segurança Nacional que é um resqúcio do período ditatorial, para decidir coisas sobre nossos destinos. A rigor, a Segurança Nacional está presente num dos temas que vai ser apresentado aqui, no tema da dívida externa. É aí que a segurança do Brasil está em jogo fundamentalmente. É aí que a Independência nacional foi negociada e continua a ser negociada com o exterior. E não na questão de restabelecer ou não relações com um país como Cuba.

A presença das Forças Armadas é uma presença muito significativa nesse período; ela é um instrumento fundamental do aparelho do Estado. Tanto as Forças Armadas quanto o Judiciário e a burocracia no seu conjunto. Toda a estrutura burocrática do Estado. Se vocês puderem dar uma olhada nos dados sobre a composição do pessoal do Estado no Brasil, é absolutamente mentira que o Estado seria muito grande no Brasil, inclusive em quantidade de funcionários. Comparando-se a outros países do mesmo tamanho e da mesma renda *per capita*, o Brasil não tem muitos funcionários públicos. Entretanto, a proporção entre o setor administrativo e o setor técnico é absolutamente desequilibrada. Analisando-se algumas empresas e entidades do Estado, o que pesa é a desproporção entre os burocratas e os técnicos. As assistentes sociais podem perceber que essa distribuição de pessoal faz com que a administração pública seja um fim em si mesma e não um meio voltado para determinados objetivos que estão sendo construídos.

Então, a rigor, em quantidade os tais dois milhões de funcionários públicos no Brasil não são necessariamente excessivos. Eles estão é proporcionalmente mal distribuídos.

Porém, tomando-se a estrutura do funcionalismo no Brasil, pode-se perceber o seguinte: até 1964, no Brasil, não era uma beleza, o funcionário público não era nem uma maravilha, no entanto, até aquele momento pelo menos metade dos funcionários haviam entrado por concurso e metade por "indicação", através de claro e explícito clientelismo político. Quando chegamos ao ano de 1984, 91% dos funcionários públicos brasileiros entraram pela chamada "indicação".

Quer dizer, esse é o aparelho de Estado que temos. Evidentemente que não pode funcionar, foi feito na base do clientelismo e está sendo reproduzido na base do clientelismo. Então, também a estrutura burocrática, essa coisa opaca do Estado, faz parte fundamental da estrutura do aparelho de Estado. É o aparelho de Estado que aí está.

O Brasil mudou de regime político, quer dizer, não estamos mais numa ditadura militar. Alguns podem achar melhor ou pior, mas o regime é *outro*, a forma de organização de poder político é outra.

Não vou tocar nesse tema, mas na verdade a teoria da maior parte das forças que eram de oposição no Brasil nem considerava o regime de ditadura militar: ele era taxado de *autoritarismo*. Em certos momentos, podia ser uma tática para se desviar da censura, mas na verdade era muito mais que isso. A própria obra de Fernando Henrique Cardoso tenta teorizar que o Estado brasileiro foi *autoritário*. Na verdade, todo Estado capitalista é um Estado autoritário. É o Estado que monopoliza as decisões políticas, o Estado das elites, e é ele que monopoliza a utilização da violência em suas mãos. Quem disser que o ministro Paulo Brossard não é autoritário, acho que não refletiu suficientemente, e o mesmo vale para o ministro Antônio Carlos Magalhães. Embora o Estado não esteja personificando por algumas pessoas, é da estrutura do Estado Nacional, do Estado Brasileiro, do Estado burguês no Brasil, ser autoritário. Isso é um adjetivo, não é um substantivo; substantivamente, foi uma ditadura militar hegemônica pelo grande capital financeiro e monopolista, fundamentalmente.

Bom, as coisas mudaram no Brasil, a forma do regime exatamente mudou. A teoria do autoritarismo nos aponta para que direção foi mudando, o que foi que mudou exatamente no Brasil. Simplifico um pouco, mas nem tanto assim, quando afirmo que a teoria do autoritarismo dizia o seguinte: o Estado brasileiro é um Estado autoritário por duas razões:

- 1º. Concentração excessiva do poder político no Executivo.
- 2º. Concentração excessiva do poder econômico nas mãos do Estado.

Para saber qual é a democracia que nos estão prometendo é fundamental saber como se encarava o regime anterior. Poderíamos dizer: Diga-me que ditadura tivemos e te direi que tipo de democracia você está me prometendo.

Em primeiro lugar, vem a desconcentração do poder das mãos do Executivo, a chamada remoção do entulho autoritário, que é como

se fosse só varrer essa parte que está por cima do poder ditatorial, e estaria instaurada a democracia. No essencial, o tal entulho autoritário está removido. O Parlamento tem mais prerrogativas, o Judiciário pode se considerar mais independente, existe a chamada liberdade de imprensa, quer dizer, há seis grandes famílias no Brasil que controlam, hoje, a grande imprensa no Brasil, mas não existe censura diretamente, liberdade dos partidos políticos, liberdade de associação sindical e vários outros espaços da expressão democrática popular. Ou seja, estaria restituída a democracia no Brasil, através do estabelecimento do liberalismo: independência dos poderes, liberdade de imprensa, liberdade de associação. Pelo lado político, estaria terminado o autoritarismo, daí a transição política.

Não haveria muito a acrescentar, e é exatamente por isso que os partidos que lideraram o processo de transição democrática são exatamente os que se esvaziaram ideologicamente de forma mais rápida, pois estaria feita a democracia no Brasil. Não era isso que se queria? O Parlamento fala o que quer, não decide nada, mas fala o que quer, já não se pode cassar deputados da maneira como se fazia antes. O exército está no segundo escalão da cena política nacional. Diz-se haver liberado a imprensa, a UNE está reconhecida etc. Os partidos que tiveram essa visão restritiva da questão democrática se esvaziaram, o que dizer ainda em termos de transição democrática? O outro lado da moeda seria a desconcentração do poder econômico das mãos dos Estados, que é o que os grandes setores conservadores estão exigindo fortemente: privatizar empresas, abrir mais espaços para o capital privado. Isto é coerente com a teoria do autoritarismo, que é exatamente uma visão liberal: ter um Estado com pouca intervenção econômica, pouca intervenção política e deixar que as selvagens leis do mercado comandem o presente e o futuro do país.

Como o tema é amplo, e para não dar uma visão muito pessimista da situação brasileira, vamos falar da luta imediata por um Estado e uma sociedade democrática no Brasil. Estamos num momento que tem a sua significação: o debate sobre a Constituinte é efetivamente importante. É claro que o debate sobre a Constituinte não vai decidir o tipo de sociedade que queremos no futuro. O capitalismo não se estabeleceu por lei e não vai ser derrubado por lei. Mas, evidentemente, é o momento para se discutir coisas fundamentais no Brasil. Os liberais, que campeiam alegremente pelo Brasil, hoje estão

querendo, no debate da Constituinte, dar um tom estritamente formal, isto é, de discussão sobre o que é melhor para o Brasil: parlamentarismo ou presidencialismo? É uma discussão importante mas que tem relação com a *forma* do poder. Seria importante para o Brasil discutir o *conteúdo*, a *natureza do poder*: quem manda no Brasil? Por que manda? Com quem manda? Contra quem manda? Até quando manda? É preciso discutir esses problemas de conteúdo e, evidentemente, estar associando isso a uma forma de exercício do poder. Então, é o momento significativo para o avanço da consciência popular, para recordar para todo o mundo que teoricamente esse Estado que aí está tem que se subordinar ao que o país quer ou ao que a maioria da população deseja. Formular pelo menos os direitos explícitos: o direito à vida do conjunto da população. É uma questão importante, e mesmo estando no papel, não vai estar automaticamente na realidade. A Constituição militar outorgada por três cidadãos brasileiros ao conjunto do país tem coisas interessantes e outras horríveis. É a luta social que vai demonstrar quem consegue impor o quê na Constituição, que é só um papel, um livro muito chato, feito para não ser lido. E é contraditório. A Constituição assegura o salário mínimo, todo mundo tem direito ao salário mínimo mas, o salário mínimo tem que ser calculado pelo mínimo indispensável para o conjunto da família. Porém, não há ministro que explique o salário mínimo atual, pois ninguém tem condições de sustentar uma família no Brasil ou sequer uma pessoa com o atual salário mínimo, por mais prestidigitação que se possa fazer tecnocraticamente com isso. Mas está na Constituição. Está na Constituição o direito de a criança ter acesso à escola e a obrigação de a família cumprir isso, mas, que condição se dá à família para poder zelar por isso? Que condições o Estado tem de processar a família cujo filho não está na escola? Então, não haveria no Brasil sete milhões e duzentas mil crianças abandonadas. Situações que a Polícia e o Judiciário consideram como de um menor em situação irregular. *Situação irregular* é a de nossos filhos que são minoria e vão à escola. Se fosse a maioria das crianças que fizesse as leis, os nossos filhos é que estariam em situação irregular. Além disso essas crianças são presas pela chamada perambulação, quando não têm família, não têm vínculo escolar e a vida é a rua. Mas a rua tem que estar subordinada à ordem dentro do capitalismo. Antes do capitalismo, a cidade era o lugar de encontro das pessoas, as ruas eram pequenas. As cidades

coloniais de Minas, as cidades medievais européias são um exemplo de como eram as ruas. As pessoas não podiam se cruzar sem praticamente se tocarem, sem se verem, sem se falarem, sem se cumprimentarem.

O capitalismo não funciona na rua. O que o capitalismo quer da rua é a ordem. O capitalismo funciona nas casas, nas famílias, nas escolas, nas fábricas, nas empresas e no Estado. A rua tem que ser lugar de passagem, daqui para lá, de lá para cá, tudo que estiver no meio tem de ser limpo. A idéia de limpeza das ruas, as operações de pente fino etc., é para que a ordem capitalista flua suficientemente. Hoje não flui devido ao trânsito, mas em geral esse é um outro problema, pois, evidentemente, não se trata a propriedade com a mesma violência com que tratam os menores; os menores são limpos da rua, enquanto que o automóvel tem outra significação. Sabemos que na grande São Paulo, por exemplo, existe, como nos grandes centros urbanos do Brasil, um escândalo brutal em relação à criminalidade. Todos os dias os jornais recordam que existem cento e oitenta casos de roubo de automóvel por dia. No entanto, ninguém diz que existem duzentos e cinco casos de denúncia de violência contra mulheres em São Paulo por dia. Evidentemente, muitas mulheres ainda não denunciavam essa violência, mas já é um dado impressionante. Mais ainda, se a gente se lembrar que 40% dessas pessoas não são mulheres das classes populares. Ninguém pode vir com aquela história de que mulher de "malandro gosta de apanhar". Não, porque são as nossas mulheres, as nossas mães, as nossas irmãs que estão apanhando em casa. É a violência privada contra a mulher. Não é a violência de violação na rua. É um dado impressionante, só que a propriedade, evidentemente, tem preferência sobre os seres humanos nesta sociedade. Então, o crime contra a propriedade é o crime que escandaliza o país, assalto a banco, assalto a ônibus, roubo de automóvel etc. e não contra a pessoa, contra a vida.

Bem, eu dizia isso para voltar ao tema da Constituição. Acho que só vai haver democracia no Brasil se a gente conseguir estender o direito da cidadania para todo mundo. Para todos indistintamente, no papel e na realidade. Sabemos que esses 70 milhões de pessoas no Brasil, segundo Hélio Jaguaribe, vivem entre a chamada *estrita pobreza* e a *estrita miséria* – esses eufemismos sociológicos! –; são setores que não cabem no mundo capitalista. São o quê? São os 30 mi-

lhões de menores carentes no Brasil, são os idosos, os deficientes físicos, os menores, que são excedentes de trabalho, portanto, não interessa ao capitalismo cuidar deles, porque não vão ser futuros operários. Os idosos já deram o que tinham de dar. Os deficientes físicos não têm mais capacidade produtiva, os desequilibrados mentais cometem o grave crime de não serem produtivos. São setores que estão fora da roda do mercado. Penso, que o significado mais importante que pode haver no debate da Constituinte no Brasil é lembrar o direito de igualdade, direito de acesso à vida para o conjunto da população no país. Não apenas esses cento e dez mortos do conflito de terra no Brasil, mas o genocídio das 360 mil crianças que morrem todos os anos antes de chegarem aos cinco anos, sem terem sequer o direito de opção pela vida. Quarenta crianças por hora morrem por motivo de saúde, diretamente por razões de caráter econômico no Brasil. Sem assegurar a extensão do direito da cidadania ao conjunto da população não há Estado democrático no Brasil, não haverá democracia no país. Incluindo, evidentemente, o direito para o conjunto dos menores que são, como sabemos, metade do país. Metade do país tem menos de 18 anos. A afirmação de que o Brasil é um país do futuro é um pouco diferente. O futuro já chegou. O futuro é esse que temos diante de nós. O Brasil tem uma estrutura de idade baixa simplesmente pela mortalidade infantil imensa que tem. Uma massa da população que morre antes da vida, sem o direito a ela.

Vamos concluir por aqui, embora eu saiba que esse é um problema que toca profundamente às assistentes sociais, porque o setor de Serviço Social é composto de um pessoal qualificado, que trabalha para o Estado, que tem necessidade absoluta de saber o que quer dizer esse Estado, qual é a natureza de suas políticas e, em última instância, para quem se está trabalhando e a favor de quem. Mesmo as políticas assistencialistas do Estado, sabemos que caráter podem ter. São para compactuar, para legitimar políticas de genocídio social de setores da população, de desativação de órgãos e setores de instituições estatais encarregados da infância.

Portanto, o Serviço Social tem uma função delicada, que deve ser questionada, deve autoquestionar-se permanentemente sobre o caráter, a natureza dos processos existentes, para saber o seu papel, a sua função social. Deve questionar sempre sobre o Estado e o poder, a fim de definir com clareza de que lado alinhar-se.

As relações internacionais e a dívida externa

*Carlos Alberto Plastino**

Dentro do painel "Estado e Movimentos Sociais na América Latina", coube-me analisar a questão das relações internacionais, mais especificamente o aspecto da dívida externa. Para introduzir o tema, lembro apenas que nossas relações internacionais sempre foram de dependência, sempre estivemos num quadro assimétrico, onde nossa cota de poder era inferior. Seja com respeito às potências coloniais – Espanha e Portugal –, seja depois com relação à Inglaterra, e, mais tarde, aos Estados Unidos. Sempre tivemos uma relação de dependência.

A partir de 1980 se configura um quadro que, embora pareça em alguns aspectos com o quadro histórico, tem elementos novos importantes. Por que escolho mais ou menos arbitrariamente 1980? Em primeiro lugar, porque em vários países do continente, e o Brasil é o exemplo mais acabado disso, se processou até então a partir dos últimos anos da década de 50, um processo de industrialização que transformou o país numa potência industrial de razoável desenvolvimento. Já foi mencionado aqui que o Brasil é o oitavo produto bruto do mundo. Mas foi um processo de industrialização elitista, tanto do ponto de vista dos objetos que produzia, e que nada deixam a dever aos objetos

* Cientista político, economista e coordenador do Mestrado em Relações Internacionais da PUC-RJ.

mais sofisticados produzidos no mundo desenvolvido, quanto das conseqüências sociais, a enorme marginalização etc. E também em âmbito não apenas do marginalizado, mas dos salários. Se fosse respeitado o salário estabelecido em 1941, no governo Vargas, o salário mínimo de hoje deveria ser quatro vezes maior, apenas para ficar no mesmo nível do daquela época, sendo que a economia brasileira, ou seja, a riqueza do país, cresceu sete vezes. Isto dá uma idéia do caráter elitista do desenvolvimento.

Esta industrialização também tornou nossos países imensamente vulneráveis, sobretudo do ponto de vista da dependência externa, no caso particular do Brasil, sobretudo através da dívida.

Uma outra conseqüência é que tanto as transformações sociais provocadas pelo processo de desenvolvimento, quanto o fracasso do modelo econômico pela dívida, pela marginalização etc., levou a uma espécie de necessidade de retorno à democracia. A democracia que conhecemos hoje, com todas as suas limitações.

Dentro deste quadro, há países economicamente mais ricos, como no caso brasileiro, mas há outros muito mais pobres, como a Argentina; que teve outro modelo, assim como o Uruguai e o Chile também. O México em certo sentido está mais rico, como por exemplo economicamente, mas tem crises sociais muito mais graves. Enfim, nesta situação, e me referindo mais concretamente ao Brasil, em que panorama internacional ele vai se inserir e vai traçar a sua política externa, as suas relações internacionais?

Há um dado fundamental que é a chegada da administração Reagan ao governo dos Estados Unidos. Reagan e seus ideólogos analisam que os Estados Unidos que tinham surgido da Segunda Guerra Mundial como a potência incontestada e incontestável, com abrumadora superioridade militar, econômica, política e diplomática, nos últimos vinte anos, desde o final da Segunda Guerra Mundial até o início da década de 70, estava perdendo esta hegemonia. E perdendo-a em três níveis:

Em primeiro lugar está perdendo a hegemonia militar, nas relações estratégicas com o bloco soviético. Embora não seja exatamente verdade, a argüição dos ideólogos de Reagan é que os Estados Unidos são inferiores, no final da década de 70, aos soviéticos em termos de armamento atômico e de armamento convencional.

Em segundo lugar, a hegemonia econômica em relação aos próprios aliados europeus e ao Japão, pois a economia japonesa, a economia alemã, e, em alguns setores, mesmo a economia francesa e a italiana estão superando a economia americana e invadindo o seu próprio mercado interno.

Em terceiro lugar, estão perdendo o controle sobre o terceiro mundo. Primeiro porque vários países se opõem à hegemonia americana, como é caso dos países da África (Angola, Moçambique, Cabo Verde), da América Central (Nicarágua, natural e obviamente Cuba, e, provavelmente, Salvador). Sobretudo, ou além dessa oposição dos países que saem abertamente do bloco americano, estão as reivindicações dos países que, mesmo estando no interior do bloco americano, mesmo governados por ditaduras, pelas necessidades de suas próprias burguesias, reivindicam tratamento diferente no comércio internacional, e tudo aquilo que se chamou de diálogo norte-sul, onde muito pouca coisa se conseguiu, mas onde havia uma contestação crescente a este estado de coisas, ao ordenamento da economia internacional comandado pelos Estados Unidos.

Então, Reagan traz, e isto é fundamental para compreender as relações internacionais contemporâneas, um plano que da perspectiva deles pode-se considerar magistral, embora da perspectiva da humanidade possa ser considerado suicida. É o seguinte: com uma única jogada ele enfrenta esse tríplice desafio: estratégico com os soviéticos, econômico com os aliados dos países centrais e de dominação sobre o terceiro mundo. Isto é o que se chama relações leste-oeste no plano estratégico, oeste-oeste no plano econômico no interior do bloco dominante, e norte-sul, ou seja, dos Estados Unidos e seus aliados com relação ao terceiro mundo.

O que faz o governo americano? Em primeiro lugar reduz os gastos sociais nos Estados Unidos, mas aumenta enormemente os gastos em armamentos. Os Estados Unidos gastarão nos oito anos do governo de Reagan muito mais que em toda a sua história de país independente. Muito mais em oito anos do que em duzentos. Esta corrida armamentista vai se fazer, ao mesmo tempo que, por imposição de sua ideologia econômica, o governo Reagan diminui os impostos que cobra aos ricos. Em consequência, o Estado deverá gastar muito mais em armas, e, ao mesmo tempo, vai arrecadar muito menos, na medida

em que os ricos passam a pagar muito menos impostos nos Estados Unidos.

A consequência é o déficit público americano. O FMI cada vez que vem ao Brasil assinala que temos de atingir o equilíbrio fiscal, ou seja, o Estado não pode gastar mais do que ganha. Os Estados Unidos têm um déficit de 200 bilhões de dólares por ano. A dívida do governo americano é sete vezes maior que a dívida de todos os países latino-americanos juntos. A dívida deles é de dois trilhões de dólares, enquanto a nossa não chega a quatrocentos bilhões de dólares. Como vão cobrir o déficit público? O que fazem é tomar emprestado dos bancos. Mas, sabemos, os juros são apenas o preço do dinheiro. Se o dinheiro oferecido pelos bancos é superado pela sua procura, os juros sobem. E aqui que entra o problema. Para a Europa, os juros subiram extraordinariamente nos Estados Unidos, de 3 a 4% em juros reais. A média histórica depois da Segunda Guerra Mundial, no final dos anos 70, e sobretudo início dos 80, passa a 20%. Em consequência, os capitais europeus e japoneses preferem ir para os Estados Unidos, onde vão conseguir juros de 20%, não ficando no Japão e na Europa, onde vão ter juros de 6%.

Quais são as consequências disto? Ou os países centrais se esvaziam de capital ou também aplicam uma política de juros elevados. Mas se aplicam, como aplicaram, uma política de juros elevados, evidentemente o crescimento econômico tem de ser freado. Por isso fracassou Mitterrand, além de outras causas. O governo Socialista Francês tentou o primeiro ano com uma política de atendimento às classes sociais, de crescimento econômico, mas simplesmente não agüentou. A economia francesa entrou em parafuso. Teve que aumentar os juros para evitar que os capitais fossem para os Estados Unidos e teve de adotar uma política do mais puro estilo das forças mais conservadoras da França por exemplo.

Então, dois objetivos foram atingidos: financiar a corrida armamentista contra a União Soviética e dar um golpe duro nas economias européias, concorrentes dos Estados Unidos, embora aliados políticos. Em terceiro, em nós que tínhamos contratado uma dívida externa a juros flutuantes. A maior parte de nossa dívida é a juros flutuantes. A nossa e a dos outros países latino-americanos. O que significa flutuante? Significa que o juro é fixado na hora do pagamento e não na hora da tomada do empréstimo. Tomamos emprestado com juros de 3

ou 4%, e, na hora de pagar, nos deparamos com juros de 20 ou até 21%. Em dólares isto não é brincadeira.

Penso que temos duas parcelas da dívida. A nossa dívida é de 100 bilhões, como é de 100 bilhões mais ou menos a dívida do México, de 50 bilhões a da Argentina, de doze bilhões a do Peru e outras que andam por aí. Há duas parcelas. A primeira, tomamos emprestado para finalidades discutíveis, para um modelo econômico que não obedece, não respeita as necessidades populares, como essas obras disparatadas, esse subdesenvolvimento faraônico que é o brasileiro, com usinas atômicas que ameaçam a nossa saúde, a nossa segurança, com uma estrada transamazônica que não serve para nada porque está acabando. Enfim, com mil descabros. Mas, pelo menos esse dinheiro entrou.

A segunda parcela da dívida nunca entrou. Simplesmente foi uma troca contábil nos livros dos bancos. Devíamos dinheiro, muito mais do que imaginávamos, porque os juros estavam muito mais elevados, fomos lá e dizíamos: olha, não dá para pagar. Tudo bem, faço novo empréstimo. Aí anotava de novo. Aí nossa dívida aumentava, de maneira que dos 100 bilhões, 50 nunca ingressaram no país. Jamais cheiramos ou vimos esses dólares, no entanto os devemos.

Qual a consequência disto? As consequências são gravíssimas. São gravíssimas porque, entre outras coisas, nos obrigam a manter um modelo de desenvolvimento elitista, marginalizador. Pagamos, a cada ano, entre 5 e 6% de nosso Produto Interno Bruto em juros. Ou seja, de tudo o que todos os brasileiros produzem, 6% vai embora. E vai embora para pagar algo que nunca recebemos. Como conseguimos pagar esses 6%? Exportando, claro. Mas o que podemos exportar além da nossa produção agrícola, cujos preços no mercado internacional caem permanentemente, exceto num ou noutro ano? Exportamos, somos grandes exportadores industriais no Brasil. Mas para isto temos que trabalhar com salários muito baixos, para poder concorrer com os países centrais e temos que subsidiar nossas exportações.

O que significa subsidiar? Significa o seguinte: se produzimos qualquer produto a 100 dólares a unidade, por esse mesmo valor não conseguiremos comprador no mercado internacional. O governo paga ao produtor 100 dólares, mas vende a 70. O governo brasileiro paga os 30% que faltam e o faz com os nossos impostos. O comprador alemão, francês, americano ou japonês, ou de qualquer outro país

está pagando 70. O produtor brasileiro, porém, está ganhando 100. A diferença é o povo brasileiro, direta e literalmente quem está bancando, ou seja, esse povo miserável, esse povo que, em sua maioria (70%), não ganha mais de dois salários mínimos por mês. Está bancando parte do consumo de povos que têm uma renda média anual de 10 ou 12 mil dólares. É possível perceber, então, a monstruosidade que este mecanismo da dívida produz.

Há outras consequências graves. Os créditos bancários, por exemplo, apontam para a produção de produtos de exportação. A soja, por exemplo, vende muito. Pode-se, ou podia-se, até recentemente, obter crédito com muita facilidade para a produção de produtos agrícolas de exportação. Mas não havia crédito para feijão e arroz. Isso explica o fato de nos últimos cinco anos a produção de feijão e arroz ter caído em termos absolutos. Produzimos hoje menos feijão que em 80 e a nossa população cresceu a 2,5% ao ano. Por outro lado a produção de soja cresceu quatorze vezes nesse período.

De forma que essa dívida não foi contraída por nós, pelo menos a segunda parcela. Trata-se de uma dívida que resulta de uma decisão de Reagan. Mas a dívida existe. E para pagá-la transferimos renda interna. Para transferir renda interna, privilegiamos o produto de exportação: vendemos soja, carros e uma porção de outras coisas e o dinheiro fica lá para pagar a dívida.

Agora, como é que se coloca o problema? Quando se discute a moratória, fala-se das terríveis consequências que teria para o Brasil. Pergunto-me: para qual Brasil? Para o Brasil dos 20 milhões que são classe média as consequências seriam danosas. Não seria possível haver tantas mudanças de TV a cores, videocassetes etc. Porém, para 70% da população que ganha de zero a dois salários mínimos, será que haveria consequências muito grandes? Penso que não. É curioso como a imprensa divulgou nesses dias que o México está de novo afundando na dívida. Está muito mal, porque o preço do petróleo caiu brutalmente, e o México pagava com petróleo. Não deu mais para fazer como em 1982. Reagan apelou, então, para que o Fundo Monetário Internacional renovasse o crédito dos mexicanos. "Vamos bancar o México, vamos tentar falar com os bancos." Em 1984, os Estados Unidos movimentaram o Brasil e a Venezuela para bancar a Argentina, por uma quantia muito menor. Por que isso? Por uma razão muito simples. Há a teoria dos jogos, que os bancos internacionais conhe-

cem muito bem, e que coloca alternativas possíveis para conflitos. Então, se um país enfrentar a moratória sozinho, pode ser que para ele seja mais grave enfrentá-la do que pagar a dívida. E para os bancos e os governos centrais é mais barato castigar duramente este desobediente do que negociar. Mas, se são vários países que declaram a moratória, é mais barato para os bancos negociar do que castigar. E é mais barato para os países declarar moratória do que pagar. Por isso, cada vez que um país está chegando ao limite do suportável, por pressão social, por problema econômico, ou tudo junto, imediatamente os Estados Unidos "acham" uma solução para o problema. O Brasil caminha para conseguir melhores condições de negociação. Por quê? Para somar-se ao México.

A *Folha de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil*, o *Globo* ultimamente trouxeram a seguinte notícia: "Funaro tranquilizou Sarney. Se houver moratória mexicana será só por três meses". Mas tranquilizou por quê? Seria ótimo que o México decretasse a moratória, porque a gente ficaria mais forte. Pressionando forte e negociando de outra maneira, teríamos mais força, e evidentemente a Argentina também iria atrás. Mas acontece que a moratória suporia uma mudança de modelo. Ela é viável, mas dentro de uma mudança de modelo econômico, onde toda a produção de artigos sofisticados e ultra-sofisticados evidentemente sofreria um impacto negativo. Por outro lado seria possível acelerar as construções de moradia, os gastos com saúde etc. Isso suporia também medidas estruturais tais como a reforma agrária, a reforma financeira etc.

Nosso país tem um problema básico e um problema importante, mas que não se confundem. O problema importante é a inflação. Evidentemente, nenhum país sobrevive com 300, 400, 500% de inflação. Agora, esse é o problema da economia brasileira, porque o problema do povo brasileiro é a miséria, e as coisas não podem ser confundidas. Em certo momento o famoso plano cruzado parou a inflação. Acho que daqui a alguns meses atingiremos uma inflação moderada de 3 ou 4% ao mês, como no caso da Argentina que começou antes, com o plano de estabilização heterodoxo. Mas paramos aí. Falou-se em reforma financeira, mas nada aconteceu. Falou-se em reforma agrária, mas nada ocorreu no sentido de se fazer uma reforma agrária precisamente. Agora, parece que o problema vai para o Papa.

Porém, o que se pretende ressaltar aqui é o seguinte: a dívida externa está vinculada ao nosso modelo interno de organização. É por isso que o PMDB está se esvaziando, inclusive conforme as pesquisas de opinião publicadas pela *Folha de S. Paulo* sobre a intenção do voto. Está se esvaziando por quê? Porque atingiu, como assinalou alguém aqui, alguns objetivos de democratização, mas também tinha, pelo menos no discurso, objetivos de mudanças do modelo econômico, e esse objetivo de mudança do modelo econômico passa pela reforma agrária, passa por uma moratória, por uma negociação dura da dívida e passa pela reforma financeira, que são os três grandes beneficiários do modelo da época da ditadura: o grande capital internacional, o grande capital financeiro nacional e o grande capital latifundiário. Isso não está sendo tratado e é o grande problema.

Em termos de relações internacionais, diz-se que o Brasil hoje está no grupo de apoio a Contadora, que está tentando frear a invasão americana na Nicarágua. Penso que isso é positivo. É importante que o Brasil esteja no grupo de apoio a Contadora. Fala-se do discurso do presidente Sarney na recente viagem à África e a Cabo Verde. Discurso duro com relação à África do Sul. Também acho correto. Mas não nos esqueçamos de que o Brasil na época de Médici, na pior época da ditadura, foi o primeiro país a reconhecer o governo socialista de Angola. Por quê? Porque tinha interesses econômicos. Porque Angola é um bom mercado, é uma porta para a África. Não estou criticando. Penso que é preciso condenar a África do Sul em termos mais duros, que é necessário dar apoio à Nicarágua, mas insisto que esse tipo de atitude já aconteceu antes. Outro dia um diplomata brasileiro dizia assim: Cuba é a reforma agrária da política internacional do Brasil. Todo mundo está de acordo mas não se faz. Porque, se você vai discutir, não há nenhum motivo para não reatar com Cuba. Auto-determinação dos povos? Tudo bem. Eles fazem o que entendem e nós o que entendemos. Solidariedade latino-americana? Terceiro mundismo? Todas estas linhas teóricas da política externa brasileira indicariam a necessidade do reatamento com Cuba. Mas não se faz. E por que não? Penso que a pessoa que falou antes explicou um pouco, que isto está submetido ainda ao Conselho de Segurança, que não é um conselho que opera com representação partidária.

De modo que as relações internacionais do Brasil, e, em geral, da América Latina, embora por pressão de um processo de democrati-

zação tenham melhorado em alguns aspectos, no sentido de que as nossas diplomacias adotaram posições mais solidárias ou menos cúmplices, mais solidárias com os países do terceiro mundo, menos cúmplices com os países imperialistas, algumas destas posições vinham de antes. Eram pragmáticas. Outras são um ganho, um avanço, frutos evidentemente de uma mudança no aparelho de Estado, da participação de outras forças políticas. Mas o problema central não foi resolvido, e se vincula à dívida. O problema da dívida passa por uma posição dura, primeiro em termos de trabalhar diplomaticamente com os outros países que se encontram na mesma posição, e, depois, de uma mudança bastante significativa do modelo interno de desenvolvimento.

Em relação ao primeiro ponto, a nossa história é muito triste. Em 1982, o México declarou moratória. Delfim Netto aproveitou para conseguir melhores condições para o Brasil. Durante o ano de 1984 o governo argentino se negou a pagar e tentou negociar outras formas de vinculação com relação à dívida. Até convocou, em Cartagena, um encontro. Foi boicotado por vários países, inclusive pelo Brasil, na época governado ainda pela ditadura militar. De modo que o ponto central das relações internacionais passa por uma outra atitude perante a dívida. Mas as coisas se vinculam, as relações internacionais não são apenas a cara de fora do país. As relações internacionais são uma consequência da política interna.

Com relação à mudança do modelo interno de desenvolvimento, esta mudança passa por reforma agrária, reforma do sistema financeiro, do sistema bancário, e obviamente por alguns outros elementos que eu incluíria na categoria da democratização, que ainda não foram atingidos. Por exemplo, a reforma da lei sindical para possibilitar a existência de sindicatos independentes do aparelho de Estado. A reforma da lei de greves, porque isso é outro ponto onde o povo foi redondamente enganado com o plano cruzado. No dia seguinte, no mesmo dia do cruzado, foi dito pela televisão que este é um país capitalista, que o salário é este, que este salário é o mínimo, que vocês vão negociar em cima disso e para poderem negociar terão uma lei de greve que permita aos sindicatos agir livremente. Onde está a lei de greve? Na gaveta! Todos sabemos que foi apresentada por Pazzianoto há meses. Mas está na gaveta. Não saiu e provavelmente não vai sair.

Movimentos sociais e educação popular*

*Elimar Pinheiro do Nascimento***

Segundo o convite que me foi feito, e visto as limitações de tempo, vou me restringir a fazer algumas colocações sobre os Movimentos Sociais Urbanos (MSU) no plano teórico. Adianto que são questões controversas entre os estudiosos e militantes dos MSU. Como aliás é a maior parte destas questões, visto que o campo temático dos MSU tem como uma de suas características justamente a imprecisão de seus conceitos e as imensas divergências reinantes. Não apenas pelo tempo relativamente curto de constituição do campo temático entre nós, pouco mais que uma década, quanto e, sobretudo, pela inexistência de uma teoria bem fundada sobre a constituição do urbano na maioria dos países de passado colonial, marcados por uma introdução externa do modo de produção capitalista, e particularmente pelo conhecimento que tiveram estes países, do capitalismo hipertardio. Nascidos, em sua maioria, entre os séculos XIX e XX, quando o capitalismo já conhecia a sua nova fase de expansão mundial.

Para ser breve e sistemático dividi minha exposição em quatro pontos, a que na medida do possível tentarei obedecer. São eles:

* Comunicação apresentada no Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Educação Popular e Serviço Social, realizado em Salvador, de 12 a 14 de junho de 1986.

** Sociólogo e Professor da Universidade de Brasília.

- introdução à questão do campo temático dos MSU: particularmente no espaço urbano;
- a problemática da conceituação dos MSU;
- a questão da gênese, entre nós, dos MSU;
- e, finalmente, para concluir, questões pontuais, mais de caráter político, que têm me preocupado recentemente.

Previno, de saída, que em todos os pontos creio trazer mais dúvidas que respostas. E todas as questões, como frisei, são marcadas pela inexistência de consenso em sua grande maioria. E talvez, por isso mesmo, mais próprias a um colóquio desta natureza com a presença de estudiosos e militantes daquilo que se convencionou chamar-se de MS. Por esta mesma razão muitas das colocações que preparei são do conhecimento de todos. O meu desconhecimento sobre a constituição da "platéia" impediu-me, talvez, de uma seleção mais rigorosa e sobretudo pertinente. As reações do público me dirão até que ponto elas são frutíferas, proveitosas, ou não.

Neste sentido, o início não poderia ser outro senão o de chamar a atenção para a constituição do campo temático nas ciências sociais dos MSU, a partir de meados da década passada, particularmente com os trabalhos de José Alvaro Moisés. Surgiu assim, aos poucos, uma série de estudiosos que elegiam como tema e objeto de suas reflexões determinados comportamentos sociais e políticos, em particular das classes populares, que não se enquadravam claramente no velho esquema das classes sociais. Sobretudo porque seus agentes têm, sob este ponto de vista, características imprecisas ou, pelo menos, discutíveis. Desta forma, criou-se aos poucos um meio acadêmico distinto pelo objeto de suas reflexões e pela linguagem utilizada na denominação e análise deste objeto. Emprestando o termo, de forma aberta, de Kuln, criou-se nas ciências sociais brasileiras um paradigma teórico quanto à interpretação daqueles fenômenos: um conjunto de estudiosos com preocupações similares e linguagem relativamente comum.

Não que os MSU inexistissem antes de meados da década de 70, evidentemente, mas fatores particulares confluíram simultaneamente para permitir que determinados fenômenos ganhassem, de um lado, uma evidência generalizada e, de outro, uma linguagem conceitual comum de tratamento. Um pouco à semelhança, por exemplo, da questão racial ou da questão das mulheres no país. Ambos constituíram-se apenas recentemente como objeto de estudo de cientistas so-

ciais configurando um novo campo temático nas ciências sociais, por sinal, dos mais ricos nesta década.

Creio que, sem ser muito grosseiro, dois conjuntos de fatores diversos e complementares são os maiores responsáveis pela conformação do campo temático dos Movimentos Sociais (MS):

- um de caráter mais prático, ou, mais precisamente, de caráter empírico,
- e outro de caráter mais teórico.

Acredito, pelo menos por enquanto, que sob o ponto de vista teórico, o que mais contribuiu para a conformação do campo temático dos MS no interior das ciências sociais está de certa forma relacionado com a crise do marxismo. Ou para respeitar as lúcidas considerações de Anderson, em texto recente, de um certo marxismo. Posso traduzir melhor estas minhas observações, por sinal já presentes em vários estudiosos do assunto, com algumas exemplificações.

Ninguém pode negar que a reflexão teórica marxista, assim como a filosofia nos tempos recentes, constitui um apanágio europeu, com raríssimas exceções. Particularmente este é um campo pobre na América Latina, e mais ainda no Brasil. Não temos filósofos nem marxistas de envergadura, com pouquíssimas exceções, entre as quais se inclui Giannotti. O PCB nasceu no desconhecimento do marxismo, para em seguida mergulhar de cabeça numa de suas vertentes, o leninismo. Estudamos o marxismo, até pouco tempo, nós óculos exclusivos e particulares de Lênin. As correntes divergentes ocuparam sempre o lugar da marginalidade no pensamento social brasileiro. Nos anos 50/60 fomos quase todos dominados por uma concepção marxista estreita, cujo expoente mais significativo tem o nome de Nelson Werneck Sodré. Não deve ser por acaso que o líder marxista e o seu maior divulgador entre nós (naquela época) tenham ambos procedências da instituição militar. O movimento de 64 acentuou, na maioria, o caráter religioso e dogmático do marxismo. E, paradoxalmente, possibilitou o seu questionamento, cuja tábua de salvação chamou-se Gramsci. E para uma minoria, não se pode deixar de assinalar, Lukács.

A introdução entre nós, e porque não dizer o modismo, do pensamento de Gramsci imprimiu em grande parte dos cientistas sociais uma maior flexibilidade na compreensão dos novos fenômenos ocorridos na década de 70 ou, pelo menos, uma nova sensibilidade, fundamental na constituição de um novo campo temático.

Na mesma perspectiva pode-se ler o charme provocado pela obra de Foucault.

A ruptura da fixação sobre o Estado, que Gramsci já anunciava, é aqui agora reforçada. A sociedade civil passa a ser o espaço privilegiado de observação e interesse, surge aos nossos olhos repleta de potencialidades, rica de nuances. Da mesma forma, as relações de poder são compreendidas de forma mais ampla e abrangente. O micro passa a ganhar dimensões anteriormente desconhecidas. O poder como trama que se derrama sobre o conjunto social chama a atenção sobre as instituições próprias da sociedade civil e, sobretudo, lança luz sobre novos personagens, aparentemente, até aquele momento, marginais. Se o marginal ganha contornos de centralidade, a diferença assume valor heurístico. O novo, mesmo pouco significativo nos padrões anteriores, passa a ser objeto de interesse.

A vertente mais importante, porém, na ótica de nossa abordagem, é de longe a gramsciana.

É verdade que a concepção da sociedade civil é relativamente simplificada, que determinados sujeitos sociais fundamentais, como os militares, são relativamente esquecidos, que os estudos sobre as classes dominantes minguam, em troca de uma densidade ímpar de observações e trabalhos sobre o comportamento das classes populares, em que o termo classes permanece, na maioria das vezes, apenas como resíduo inercial. Uma reflexão mais aprofundada sobre estes deslocamentos seria interessante, porém nos conduziria a lugares distantes de nossa conversa. O que importa ressaltar é que uma consequência desta crise do marxismo entre nós manifesta-se por um desfazer da leitura leninista, e mesmo por uma rejeição de qualquer tipo de ortodoxia. Conceitos básicos como classes sociais, luta de classes, contradição, entre outros, ingressam na prateleira de expectativas. E mesmo, para alguns, nos espaços do museu.

Simultaneamente a este movimento, mas fundindo-se com ele, ocorre um outro de capital importância. As revoluções na América Latina, particularmente seus fracassos, são lidas e percebidas como fracassos do grande agente da transformação propalado pelo marxismo desde o século passado, o proletariado. Novas teorias surgem em busca de novos agentes. Fracassou o sujeito social da mudança mas não a esperança da mudança. Inicialmente a pequena burguesia, na

famosa “teoria” do foco, cujo expoente mais conhecido foi Regis Debray e, em seguida, as massas marginais, passam a conter as novas esperanças.

Para sepultá-la, porém, na mesma rapidez que surgiram, o movimento contestatário da pequena burguesia ou classes médias, segundo alguns autores, descolou-se em menos de meia dúzia de anos da própria massa condenando seus quadros mais renitentes ao exílio ou à morte nas masmorras dos novos militares. A luta armada transformou-se de política em técnica, enfrentamento de grupos alheios ao cotidiano da própria classe, que passou do aplauso às passeatas, ao medo dos assaltos, e, finalmente, à indiferença com os destinos de seus “filhos mais nobres”. A decepção com as massas marginais dos grandes centros urbanos que despontaram nos anos 50/60 em decorrência do avanço do capitalismo e do êxodo rural não foi menor. Suas manifestações de contestação foram no máximo pontuais, sem continuidade, sem organicidade, enfim, sem maiores conseqüências ao nível da contestação propriamente dita. Longe do questionamento ao sistema predominou, nas suas lutas, e os olhos dos cientistas sociais demoraram em compreender este fenômeno, o desejo da integração, o acesso aos bens e serviços coletivos, o ingresso na vida pública como cidadãos. Mais que uma contestação ao sistema capitalista existia por trás de suas manifestações concretas, extremamente diversificadas, o repúdio à exclusão daquele mesmo sistema, e donde, o desejo de ingresso, reformando-o. Não se tratava de acabar com o capitalismo, mas antes de nele ingressar ampliando-o. A expectativa de que as massas marginais urbanas constituíssem o proletariado específico dos países de capitalismo hipertardiado despedaçou-se no cotidiano de suas lutas agudizando a crise teórica do marxismo, e, assim, aumentando a sensibilidade dos cientistas sociais ao novo.

Sem lenço e sem documento, ou sem modelo e sem sujeito a vida não perdura. A aventura absoluta é a loucura, como a segurança, em termos iguais, é a morte em vida. Mais uma razão para o modismo de Gramsci, teórico sem modelo, conjunto de aforismos significantes e promissores. Não sendo o presente inteligível, apregoa-se o irracionalismo ou se retorna ao passado. E este retorno nos salvou no espaço de uma nova “ciência”. O feudalismo desaparece de nossa história, a introdução do modo de produção capitalista é reinterpretada, os sujeitos sociais ganham novos contornos e, sobretudo, para nosso inte-

resse, as relações entre sociedade e Estado sofrem o crivo da crítica. A passividade própria e inerente da sociedade civil desaparece, o apanágio da ação atribuída ao Estado é relativizado. O novo espaço social está assim preparado para receber novos sujeitos sociais, e, mais particularmente, para que estes possam ser percebidos.

É claro que todos estes movimentos ao nível da teoria e da percepção dos cientistas sociais não se fazem de forma exclusiva entre nós e muito menos sem um respaldo empírico contundente.

Também *ailleurs* a crise do marxismo e a ausência de uma teoria do urbano como *locus* do capital é sentida e enfrentada. As obras de Castels, Borja e Lojkin são recebidas como novos pontos de salvação e trabalhadas com o ardor de quem se sente ameaçado.

Enfatizar mais ainda sua importância seria um desmantelo, e ante a literatura já existente, um desperdício de tempo. Mesmo inadequadas, mesmo imprecisas, constituem pontos de referência fundamentais para a construção de um novo modelo para superação da crise.

Todos estes movimentos teóricos, de cunho simultaneamente nacional e internacional, provocam novas representações do social, e não apenas entre os cientistas sociais. Novas representações possibilitadoras de novas ações, de novos comportamentos, de nova hierarquia de valores, que não são estranhas, muito pelo contrário, tanto ao surgimento de novos sujeitos, quanto à constituição de um novo campo temático.

O surgimento de um novo léxico e objeto distinto não emerge automaticamente de nenhuma empiria, mas também não lhe pode ser estranho. Por isso, mesmo sem poder aqui estabelecer as mediações complexas existentes entre a teoria e a empiria, não se pode deixar de assinalar que os padrões imperantes nos anos 50/60 de industrialização e urbanização, assim como o modelo político então vigente, conformaram um novo espaço urbano próprio ao surgimento dos MSU sobre o qual pretendo me debruçar em seguida, mesmo que rapidamente, quando for enfocada a problemática da gênese dos MSU.

Devo lembrar, talvez a esta altura desnecessariamente, que este conjunto pequeno de observações sobre a constituição do campo temático dos MS não a explicam propriamente. Na verdade são apontamentos que indicam alguns aspectos desta questão, com centralidade na crise do marxismo por razões óbvias, tanto inerentes a este encon-

tro, quanto ao próprio conjunto de estudiosos dos MS. O tema exigiria um maior aprofundamento e a introdução de outros aspectos aqui não contemplados. Fazê-los, no entanto, significaria abandonar completamente o espírito do convite a esta exposição.

O paradigma dos estudos de MS é caracterizado entre outros, como já foi frisado, por uma profunda imprecisão conceitual, e ela começa pelo conceito fundador do campo temático.

As definições de MS são múltiplas, e também diversos os processos de construir determinado conceito. De toda forma, e a título didático, é possível selecionar algumas, sem colá-las a autores particulares, representativas na literatura e suficientemente significativas para demonstrar suas imprecisões.

A tendência a denominar, não importa que práticas sociais de MS, tem evidentemente seu valor cognitivo comprometido. Aqui não importa que luta urbana (para reter a ênfase nos MSU), manifestação coletiva e reivindicações sociais são rápida e sobejamente definidas como MS. A abrangência do conceito e a diversidade de empiria a que remete é de tal ordem que perde seu poder operativo, distinguindo. Contendo alhos e bugalhos não se sabe mais a que está-se referindo. Torna-se necessária uma qualificação das práticas sociais que podem ser compreendidas como MS.

Tendo consciência deste limite alguns autores procuraram atribuir o conceito de MS a práticas sociais transformadoras, quando não revolucionárias. Muda-se, em verdade, apenas o beco sem saída a que o conceito estava condenado. O limite é a apologia, além da subjetividade do próprio termo de transformação social. O que é transformador nesta ótica apologética? O mais grave, porém, é que se atribui algo ao objeto que talvez ele não contenha, e mais ainda, perde-se talvez a percepção de movimentos que, não se enquadrando nesta ótica, não deixam de se constituir como MS. Constrói-se um corredor de mão única que talvez não pareça corresponder à realidade. Por que práticas sociais conservadoras estariam excluídas da conceituação de MS?

Na verdade ambas as conceituações acima citadas partem de visões apriorísticas da sociedade, e profundamente ideologizadas. A primeira concebe a sociedade como estática constituindo-se no movimento uma novidade digna de observação, registro e análise, e a segunda busca nos MS o grande agente social da transformação morto

na crise do marxismo. Aqui a sociedade está em permanente mutação, e é necessário encontrar um agente responsável, com conotações claras. Mais ainda, a transformação é sempre percebida numa ótica progressista própria ao grande sonho do século XIX que marcou o nascimento das ciências sociais.

A negatividade é excluída, pelo menos no interior dos agentes populares, como um *non-sens*.

Prima e igualmente capenga das duas conceituações anteriores, encontra-se aquela que atribui de forma exclusiva às classes populares o conceito de movimentos sociais. As práticas coletivas das classes dominantes, como a UDR por exemplo, ou melhor ainda, das classes médias ou setores médios urbanos, são excluídas desta categoria. Assim, a luta de populações residentes em bairros periféricos por serviços é compreendida como um MS, mas a mesma luta, desempenhada num bairro de classe média, é excluída, sem que se saiba exatamente por quê. A ideologização do objeto é aqui patente, similarmente às conceituações anteriores. Não se desfaz da visão apologética e messiânica que a crise de marxismo, abordada anteriormente, parecia enterrar.

Outros estudos, porém, recusaram o procedimento apriorístico e buscaram na observação de casos concretos os fundamentos para o conceito. Aqui o procedimento foi o de construir conceitualmente o objeto a partir da análise de fatos concretos. Desta forma, os MS são compreendidos como práticas sociais revestidas de determinadas características: caráter informal das relações, qualidade policlassista do sujeito social, concepções distintas da política, confronto com o Estado etc. O conceito torna-se, agora, um somatório de características dificilmente encontráveis em qualquer caso, e mesmo na sua maioria.

Os problemas nesta abordagem são muitos, mas dois devem ser lembrados. Em primeiro lugar o procedimento neweberiano de definir um conceito a partir de características comuns a casos singulares diversos. Não se nega um certo valor heurístico, mas também não se desconhece seus problemas e limites. O mais grave, ao nível das conseqüências teóricas, situa-se em outro aspecto: as características julgadas comuns são estranhamente detentoras de qualidades positivas. Positividade, é claro, numa determinada visão. O caráter transformador apriorístico permanece. O charme de uma nova concepção da política é enfatizado. O caráter não institucionalizado e desierarquizado

é fortalecido. Qualidades, diga-se de passagem, existentes aqui e ali, mas não na maioria dos casos. É lógico que este problema é aparentemente contornado pelo caráter potencial das qualidades. Elas estão sempre em germe, para despontar, embora isso não ocorra.

Há outras conceituações no mesmo caminho que se manifestam no esforço de determinados autores em estipular uma tipologia dos MS. A classificação das manifestações coletivas substitui o arrolamento seletivo de determinadas características. O problema de fundo permanece o mesmo, sem que se queira negar o quanto contribuem para a compreensão do fenômeno estes diversos exercícios fatigantes: sua estreita vinculação com o empírico. Apenas para lembrar uma terminologia dominante no mundo das ciências sociais no Brasil dos anos 60/70, o conceito permanece em estado prático. Ele é obrigado a transmutações constantes no esforço de apreender as modificações nas práticas sociais, particularmente das classes populares.

Finalmente, há um último esforço a ser assinalado, ainda de forma ligeira, que tenta liberar-se do tom apologético, da visão ideologizada e do somatório de características. Busca uma qualificação das práticas sociais em termos daquelas que são formadoras de (novos) sujeitos sociais. Aqui a questão da identidade entre os atores sociais, assim como a do reconhecimento público por outros interlocutores e não só o Estado, ganham dimensões fundamentais. É indispensável nesta abordagem que os sujeitos envolvidos na ação interiorizem entre si um espaço de equivalência, uma dimensão de encontro, seja como mulher, negro ou morador, para utilizar alguns exemplos. Ao auto-reconhecimento numa dimensão que lhes é própria, e portanto diferenciadora, soma-se o reconhecimento do outro, a sua eleição numa interlocução que apenas reforça e assegura a dimensão anterior. O individual torna-se coletivo, o objetivo torna-se subjetivo, o privado ganha dimensões de público. A organicidade ganha uma importância ímpar, sem se confundir com formatos organizativos particulares. Movimento não é associação, mas não existe movimento despido de organização nas formas e modalidades as mais díspares. Sujeito, ação, tempo e lugar articulam-se para fundar um conceito simultaneamente abrangente e operacional. Porém, não sem problemas, particularmente no entendimento ainda pouco claro do processo de formação do sujeito social.

A esta primeira enunciação dever-se-iam somar outras, distinguindo os diferentes tipos de MS: os específicos ao espaço urbano dos que não o são; os específicos à esfera da reprodução dos que se circunscrevem ao espaço da produção; os específicos às classes sociais dos que assumem necessariamente conotações policlassistas, e assim por diante.

No entanto, como no item anterior, navegar por estas águas seria abandonar o restante dos pontos a serem considerados. E o tempo é um capital não recuperável.

A gênese dos Movimentos Sociais, e aqui me prendo aos MSU em particular, é atribuída, em geral, a duas ordens de fatores considerados básicos. É claro que a literatura, já relativamente rica entre nós, contempla outras variáveis e a questão é em verdade mais complexa. Atenho-me, no entanto, por questão de simplicidade, àquelas duas ordens julgadas fundamentais.

O problema da gênese dos MSU é colocado com a seguinte pergunta: por que estes surgem na década de 70, da forma que surgem?

Uma primeira explicação, e aqui a relação com a conceituação destes MS é patente e limitativa, relaciona-os com a repressão política. O golpe dentro do golpe em fins de 68 agudizou o esquema repressivo, restringiu enormemente os canais de participação política, submeteu a sociedade civil a cânones rígidos e ampliou os segmentos sociais objetos de perseguição política. Se em 64 foram os operários e camponeses, além dos políticos que tinham com estes setores sociais claros vínculos, os perseguidos, aos poucos os políticos liberais e filhos das classes médias foram incluídos. A tentativa de uma frente liberal reunindo políticos como Lacerda e Juscelino frustrou-se, com seus líderes sendo submetidos a vexames. As organizações estudantis foram fechadas. Os artistas, intelectuais e sacerdotes foram presos ou obrigados a calar-se. O movimento armado deslocou-se de suas frágeis bases sociais. Enfim, o "reino dos Médicis" foi o reino do silêncio, entrecortado pelo barulho, aqui e ali, e de forma cada vez menos freqüente, dos tiros na noite e dos gritos nas masmorras. O boom econômico do começo dos anos 60, graças, entre outras medidas, ao arrocho salarial a que foram submetidos os trabalhadores, contribuiu para calar os que daqueles fatos ignominiosos tinham conhecimento. O único partido da oposição consentida foi fragorosamente derrotado nas urnas. Os votos nulos e brancos foram superiores aos sufrágios

que o MDB obteve em 1970. Seu então presidente, o senador Oscar Passos, sugeriu mesmo que a agremiação política fosse encerrada, visto a sua impossibilidade de galvanizar as insatisfações populares, mais ou menos evidentes.

Sem partidos, sem sindicatos, sem representantes, sem canais de participação, os trabalhadores deslocaram suas lutas, seus objetos de reivindicações, seus canais de participação e seus espaços de embate. Emergiu a categoria morador; ganharam importância as reivindicações por serviços e bens coletivos, inacessíveis no quadro salarial então imperante; criaram-se as organizações de vizinhança, com nomes e formatos os mais diversos, muitas de caráter religioso, como as CEBs, que se espalharam por grandes espaços urbanos no país. E com estes deslocamentos, a política ganhou novos espaços, agregou-se ao cotidiano, aproximou-se dos sem-voz, normalmente excluídos da política, assumiu novos formatos organizativos, mais informais, mais espontâneos. Até como sistema de sobrevivência ao escopo repressivo então imperante.

Nesta ótica, os MSU constituem novas expressões das camadas populares, em direção ao acesso a bens e serviços, com conotações claras de ampliação da cidadania. Pois, por trás destas reivindicações encontram-se, embora de forma nem sempre explícita, o desejo da participação, o grito por novos direitos, a ânsia de integração. Embora diferenciada, uma integração no sistema.

Nesta perspectiva os MSU constituem forma de driblar o caráter repressivo do regime político vigente e o caráter excludente do modelo econômico em vigor. Um retorno dos excluídos que não deixa de lembrar, noutro plano, o pensamento de Freud.

O problemático nesta explicação de grande coerência é o respaldo empírico aqui apresentado de forma simplificada, quando se amplia o universo da reflexão para fora do país, noutros contextos onde nem o regime político nem o modelo econômico são semelhantes. Por exemplo, e para ficar num só, mas bastante contundente, o Chile de Allende com suas associações de vizinhos, objeto de um dos primeiros trabalhos de Castells, entre outros.

A segunda explicação, não excludente da primeira, atribui a emergência dos MSU à degradação do espaço urbano com o acirramento das "contradições urbanas", conceito que aqui tomo emprestado sem adentrar em seu caráter intrinsecamente problemático.

O modelo econômico adotado na segunda metade dos anos 60 no país, com a vitória do golpe de 64, levou a uma crescente exclusão das massas trabalhadoras urbanas, ao mesmo tempo que promovia, em moldes antes nunca vistos, o capitalismo no país. A vitória de 64, onde não houve embate entre capitalismo e socialismo, mas sim entre modelos diferenciados de desenvolvimento capitalista, significou a vitória do modelo capitalista voltado para as indústrias de bens de consumo duráveis, concentração de mercado e renda, com ênfase na exportação. A repressão política sobre os trabalhadores, o arrocho salarial, a perda de poder aquisitivo das camadas populares, foram ingredientes indispensáveis, ao lado de outros, para viabilizar o desenvolvimento capitalista no país nos moldes e no ritmo que ocorreram. A conquista do campo pelo capital foi outro elemento fundamental. Como decorrência deste quadro, aqui traçado em linhas extremamente rápidas, as cidades conheceram um crescimento enorme, sobretudo na década de 60, acompanhado de uma dilapidação dos serviços e bens. O processo de favelamento não apenas cresceu nas grandes cidades onde o fenômeno já era conhecido na década de 50, como Recife e Rio, mas sobretudo conheceu novos espaços, e em volume assustador. Sem renda e sem acesso a serviços básicos, as condições de vida da população urbana, dominante entre a maioria, piorou significativamente. Os MSU, nesta perspectiva, constituem a resposta das camadas populares a esta situação, e a resposta dentro de um quadro de repressão política.

Não se pode negar o valor cognitivo desta explicação, e sua relação com a anterior, mas o problema é que constitui uma explicação insuficiente na medida em que se sabe que as carências só adquirem valor social quando saem do plano do objetivo para o subjetivo. É necessário que elas sejam percebidas, e mais, apreendidas como injustas. A fome, sozinha, não conduz a nenhuma prática social, e muito menos a uma prática organizada, contestadora, reivindicante. Da mesma forma, a dilapidação das condições de vida de segmentos sociais significativos não explica por que daí decorreram expressões de luta, de organização, de reivindicação. Na sua insuficiência, da mesma forma que a anterior, a explicação nos deixa com sede. É necessário explicar a subjetivação das carências. Por que trabalhadores ou candidatos ao trabalho, numa situação de exclusão política e econômica, organizam-se e lutam pelo acesso aos bens e serviços públicos e

pela participação política? Aqui a literatura é ainda frágil. Os estudos de caso explicam os casos, mas têm um limite intrínseco na generalização.

Se alguém esperava resposta mais consistente, não a trouxe no bolso. Mas creio que apontar certos limites, já abordados em diversos textos, por sinal, pode ter o poder provocativo e estimulador de nossas inteligências. Coloca uma questão importante que no estudo de cada um deverá ser enfrentada, e o desejo faça-se objeto deste debate.

Gostaria de finalizar esta rápida abordagem dos movimentos sociais, com ênfase nos MSU, levantando duas outras questões que têm sido objeto de debate no interior da literatura conformadora deste campo temático das ciências sociais.

A primeira delas é a da relação entre os MS e as classes sociais.

Aqui duas posturas radicais podem ser apreendidas: uma afirma que os MS constituem a expressão moderna da luta de classes, a outra nega qualquer relação entre MS e classes sociais. Para ganhar fórum de validade a postura que vincula estreita e diretamente MS e classes sociais tem que provocar um deslocamento interno na teoria das classes sociais introduzindo a categoria de "classe trabalhadora", incorporando as "massas desclassificadas" como expressão hodierna do exército de reserva. O que provoca um segundo deslocamento, este, no interior da fase e da especificidade do capitalismo no Brasil. Desconhecendo o novo padrão de industrialização, que dispensa largas massas de trabalhadores, mantém-se o velho conceito de exército de reserva. Única forma de selar a empiria policlassista dos MS com a teoria de classes sociais. Na impossibilidade de mudar a teoria desconhece-se a nova empiria. O resultado da postura que desliga completamente os MS da luta de classes não tem resultado distinto. Aqui desconhece-se que, malgrado as mudanças profundas no capitalismo, a contradição básica do sistema ainda reside no confronto entre o capital e o trabalho, e a apropriação do valor alimenta o processo de acumulação e as mudanças na composição orgânica do capital. Não há, portanto, conflitos, lutas e embates que fujam ao condicionamento geral da contradição de classes.

Sem querer dar uma de Tancredo, não posso me permitir de excluir ambas as posturas, adotando uma mais ao centro. Por um lado, reconhecendo a contradição básica capital/trabalho, por outro lado, proclamando seus limites, ou seja, declarando a existência de outras

contradições anteriores ou coetâneas. As mulheres e os negros sabem, melhor que eu, o quanto é falso querer reduzir sua problemática específica ao capitalismo. Sabem melhor que ninguém o quanto o cenário socialista é impotente em vencer o machismo e o racismo. Porque têm consciência de que sua exclusão não nasce ou decorre única e exclusivamente da contradição capital/trabalho. Mas sabem igualmente que sua questão específica assume formas próprias e particulares no interior do sistema capitalista. Sabem o quanto a contradição básica condiciona a própria compreensão e percepção de sua diferença e quanto limita e coibe suas expressões e formas de organização.

A contradição capital/trabalho não tem o efeito de um nó górdio, que desfeito susta automaticamente todos os outros. Cada nó exige um trabalho particular para ser desfeito e este esforço antecede a proclamação da sociedade socialista. Sobretudo se tivermos presente o socialismo real nas experiências que conhecemos. Hoje, tudo isto não é mais uma simples proclamação ou uma simples intuição feminina ou de oprimidos. Trata-se de uma certeza empírica, vivencial. Protelar o enfrentamento de questões específicas como estas significa o risco de sua não resolução. E este é um dos ensinamentos mais significativos do movimento das mulheres, do movimento dos negros. Retira a questão da transformação social da visão escatológica de determinados marxismos, e mesmo de parte do cristianismo. O problema se coloca aqui e agora, e nestes termos tem de ser enfrentado.

Uma segunda questão refere-se à relação entre os MS e os partidos políticos. A problemática é complexa mas gostaria de abordar apenas uma de suas facetas, a mais comum em determinados meios militantes. Refiro-me à visão dualista e maniqueísta que relaciona os dois termos.

Em certos meios militantes predomina a idéia de que os partidos políticos representam o velho, o estilo ultrapassado de fazer política, o espaço da manipulação, da corrupção, do engabelamento, da ausência de ética. O conceito do espaço parlamentar e do político profissional é dos mais baixos ao nível do senso comum em nossa sociedade. E não se nega que haja razões para tal. Mas, a partir daí contrapor o espaço dos MS como o espaço da nova política, das relações informais e transparentes, da participação real do cidadão comum, do espontaneísmo e da ausência de manipulação é um pouco de exagero. Há nesta contraposição simplista, porém generalizada, uma falsidade

nos termos. Esconde-se nesta visão uma atitude de deslumbramento com os MS, à semelhança da existente em certos meios políticos em relação ao operariado nos anos 60 – antes de sua “ida ao paraíso”.

A falsidade desta oposição é tão grande que me causa um pouco de vergonha debruçar-me sobre ela. Quem tem o mínimo contato com os MS em suas práticas cotidianas sabe perfeitamente que a manipulação, a exploração, a hierarquia, o engodo são um componente deste espaço e não um atributo exclusivo dos partidos políticos.

Em termos menos “moralistas”, o jogo político das alianças, dos deslocamentos, dos enfrentamentos, da dissimulação é inerente tanto aos espaços da sociedade política quanto aos da sociedade civil. Faz parte, é inerente a disputa pelo poder, seja ao nível da conquista do governo, seja ao nível da direção de uma associação, ou da representação política, ou da representação no interior de um determinado movimento social. Não se trata, mesmo a rigor, da ausência de ética aqui e a presença ali, mas antes, de concepções éticas e políticas distintas. Para alguns é fundamental ganhar a qualquer preço, para outros a vitória implica certo caminho. A diferença, antes que moral, é política. Quais objetivos se pretende num e noutro procedimento? O que se pretende com o exercício do poder? Que configuração buscase dar ao próprio poder? As diferenças são muitas, porém partilhadas igualmente num e noutro espaço. Há correntes sindicais, por exemplo, cuja concepção de poder a conduz ao controle da máquina a qualquer preço, outras, por suas concepções políticas, recusam tal procedimento. E de forma igual esta diferença penetra no sistema partidário, e mesmo na vida intrapartidária.

Com isso não quero esquecer as diferenças, mas em primeiro lugar retirá-las do espaço da moral para situá-las num espaço mais próprio que é o da política. Em segundo lugar, creio que as diferenças advêm em grande parte dos atributos próprios da sociedade política e da sociedade civil. De forma ilustrativa, para evitar delongas desnecessárias, imperam num e noutro espaço social concepções diferentes de poder. Na sociedade política o poder é sempre concebido de forma centralizada e relativamente homogeneizante. Pretende-se a conquista da máquina estatal, o fazer-se governo, que delimita simultaneamente um lugar e uma visão. No espaço da sociedade civil, e particularmente dos movimentos sociais, o poder é concebido de forma fragmentada. O poder estatal é fragmentado nas visões parciais (e às vezes corporativas) que aí imperam. Creio, aqui temos uma pista para melhor enfocar a problemática da relação entre os MS e os partidos políticos.

DEBATE

Movimentos sociais: notas para um debate*

Eder Sader**

Corremos o risco de ouvir uma fala meio desordenada. Mas pode haver uma vantagem, porque estou neste momento redigindo a minha tese que é próxima desse tema: "Movimentos Sociais em São Paulo nos anos 70". Então estou com as questões muito vivas e fervilhantes na cabeça. De outro lado, elas são tão fervilhantes que é difícil, nesse momento da reta de chegada da redação, começar ordenando outras exposições. Talvez, em lugar de uma fala mais sistemática, na qual exponho minhas conclusões, pode ser mais útil falar acerca de problemas relacionados à minha pesquisa.

Ela surgiu como pesquisa, como interrogação para mim, a partir do seu impacto na realidade brasileira. Acredito que, para boa parte dos autores que se debruçaram sobre os Movimentos Sociais no começo dos anos 80 e final dos anos 70, o tema emergiu enquanto tema porque colocava questões novas. Foi a irrupção de uma novidade no cenário brasileiro. Pelo menos, para mim que fiquei fora do Brasil de 70 a 79, verificar o que havia acontecido, sobretudo a partir das greves de 78, foi, em primeiro lugar, assumir uma enorme surpresa. Pelos

* Conferência proferida no III Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social realizada em Campinas, em maio de 1987.

** Sociólogo e professor de Universidade de São Paulo.

parâmetros que tínhamos, o que aconteceu em 78 não poderia ter acontecido.

Quando falo "tínhamos", estou me referindo em parte ao pensamento estabelecido nas Ciências Sociais, o pensamento acadêmico e em parte ao pensamento marxista militante. Como fui e sou cúmplice dos dois, dos dois lados, me vi surpreendido. E a surpresa, acredito, vinha do seguinte: tínhamos constatado e vivido a derrota dos movimentos populares dos anos 60 até o começo dos anos 70. Constatávamos a impotência dos movimentos populares, a sua insignificância, medida pelo fato de não incidirem sobre o Estado. Eles eram incapazes de mudar os sindicatos. A vida partidária brasileira estava estraçalhada. O regime militar havia, efetivamente, desarticulado e arrasado as opções políticas existentes. E a partir dessa realidade éramos voltados para uma velha tradição da sociedade brasileira, que falava da incapacidade das massas populares, dos trabalhadores, da classe operária de desenvolver um comportamento autônomo.

Assistíamos a uma reafirmação disso. E é significativo que as teses desenvolvidas no começo dos anos 70 colocavam toda sua ênfase sobre a subordinação dos trabalhadores. Quase todas as teses eram centradas no caráter do Estado. Na capacidade do Estado em ordenar a sociedade brasileira. Evidentemente, isso não é uma ilusão. Era a expressão da experiência real que vivíamos. Mas a partir daí se imaginava que aquilo que não se passava na esfera do Estado, praticamente não existia, não tinha significação.

De outro lado, vinculado a isso, tínhamos estudos sobre a manipulação das massas pelos meios de comunicação. Explicava-se a reprodução do regime de dominação a partir da capacidade de as classes dominantes manipularem as massas através dos meios de comunicação. Tivemos estudos sobre a infinita capacidade das classes dominantes de explorar e dominar os trabalhadores pela lógica da acumulação. Aliás, tudo se explicava pela lógica da acumulação. Inclusive quando vimos trabalhadores, através de mutirões, construírem suas casas; isso era explicado por uma perversa lógica da acumulação, que fazia com que assim se rebaixasse o preço da reprodução do trabalho.

Na medida em que tudo se explicava pela lógica da acumulação, havia uma racionalidade, uma astúcia da razão capitalista, que estava por trás de tudo que acontecia na sociedade. Esse tipo de explicação pode dar conta de tudo, a não ser que surja uma Revolução no país.

Por quê? Para que evidentemente se está numa sociedade capitalista? Isso significa que todas as movimentações existentes, se não logram acabar com a reprodução capitalista, serão de algum modo assimiladas pelo sistema.

Mas é completamente diferente você dizer que o regime capitalista teve capacidade de assimilar uma iniciativa, que partiu de fora dele e que o transformou, e dizer que tudo o que acontece nessa sociedade foi produzido pela lógica do capital em função da necessidade astuta da classe capitalista de melhor prover a sua reprodução, ou então, pela astúcia do Estado militar, que também estava por trás de tudo que acontecia. Isso também correspondeu a uma certa experiência, da enorme potência do Estado e do capital. Mas, então, se tudo era explicado por aí, pela classe dominante e suas instituições, não havia lugar para a criação na história. E o significativo é que mesmo no campo dos que se opunham à situação vigente, havia um ponto em comum que era o seguinte: para derrubar essa situação é necessário se contrapor ao Estado na sua esfera. Aquilo que não incide sobre o Estado não tem significado. É por isso que quando começam a emergir novos movimentos populares no Brasil, eles foram vistos sem muito entusiasmo, pelo pensamento ortodoxo da esquerda. Porque como esses movimentos emergiam sob formas insólitas sem uma incidência sobre o Estado, e, boa parte das vezes, sem mesmo um discurso político, ou como um discurso político que rechaçava a política, eles eram vistos como reformistas na melhor das hipóteses, ou uma vez mais como movimentos que auxiliavam a reprodução capitalista. É por isso tudo que as greves de 78 emergem com surpresa.

É verdade que li, e causou-me grande efeito, um texto de um "marxista ortodoxo" que, diante das greves do ABC, declarou que não havia surpresa alguma. Que na verdade só se surpreendem com a história aqueles que não entendem as leis da história. O que havia acontecido em 78 estava absolutamente inscrito nas leis da história; era a reação da classe operária contra a exploração capitalista. Não haveria nenhuma novidade nos acontecimentos. A história "retomava o seu curso". Aqui identificamos uma visão teórica segundo a qual o curso histórico já está captado pela "ciência". A história tem um curso normal; ela tinha se desviado, e agora voltava.

O fato no entanto é que era muito difícil negar que havia algo de novo e desconcertante acontecendo, pois esses movimentos populares

emergem (quando digo "emergem" é porque não surgem em 78 e 79. Hoje estamos cansados de saber que eles têm uma longa história subterrânea no correr exatamente dos anos 70) revelando uma face que não se coadunava com os parâmetros das organizações e movimentos tradicionais. A expressão da classe operária, segundo os pensamentos intuitivos sobre ela, seria dada pelo sindicato e pelo partido, coisa que exatamente não aconteceu. É mesmo significativo como hoje a gente tende até a esquecer um pouco. Se tomarmos as falas das lideranças dos movimentos até 78 e 80 elas eram não só despolitizantes no sentido tradicional da política, como até muitas vezes contrárias às expressões políticas da esquerda e da oposição em geral. Tome-se as falas do Lula nesse período que vai de 75 a 78 para se ter um registro disso.

Mas, então, havia aí a irrupção de algo novo, para o qual éramos obrigados, se quiséssemos entender, a questionar nossas próprias referências.

Num livrinho interessantíssimo que se chama *Por que democracia?*, Weffort fez algumas reflexões das mais pertinentes sobre alterações de significado na organização social. Veja-se quando ele fala sobre a "invenção da sociedade civil", referindo-se à experiência de vida dos anos 70, sob o Estado militar, numa sociedade em que os indivíduos são pulverizados e sem cidadania. E o interessante é que nestes anos revaloriza-se o termo sociedade civil. Vai-se buscar em Gramsci e começa-se a descobrir a sociedade civil no Brasil. Por que se descobre a sociedade civil? Será por que ela começa a emergir com força? Weffort diz que não. Ela era extremamente fraca. O que acontece? Trata-se de movimento onde é indissociável o aspecto teórico do aspecto prático. Ou seja, necessitávamos de uma sociedade civil, e então íamos buscar as suas referências; os pequenos e frágeis aspectos da vida social a partir dos quais se poderia nomear uma sociedade civil. Eram formas de organização social extremamente fluidas e precárias, as relações primárias, as relações de vizinhança, de parentesco, os colegas de trabalho, uma comunidade. Uma série de formas de organização, que estavam exatamente fora da institucionalidade estatal. Mas não nos restava outra via senão buscar, criar uma outra força fora da institucionalidade estatal e sem se enfrentar, de imediato, com o Estado. Começa o movimento, que não é consciente. Ele é muito mais no início um movimento molecular de sobrevivência para aqueles que

queriam fazer alguma coisa. Ora, era preciso dar um sentido a isso. Aquilo que antes era nomeado como desimportante e insignificante começa a ser nomeado como organização e resistência.

Na pesquisa que fiz, uma das coisas que me chamou a atenção foi, para exemplificar, uma das lutas significativas na organização dos metalúrgicos de São Paulo, nos anos 70. Foi o seguinte: a fábrica ia mudar de localização. Até então ela pagava um ônibus para os operários. Depois resolve não mais pagar. Há uma movimentação com abaixo-assinados, pedidos, protestos, pressões. A empresa, percebendo que o movimento estava crescendo, diz que vai ceder, mas depois volta atrás. Os cabeças serão demitidos e muitos operários, revoltados, acabam pedindo demissão da fábrica. O movimento não consegue nada. Isso pelos parâmetros tradicionais seria classificado como uma derrota total. No entanto, na história e na memória dos militantes da oposição sindical metalúrgica de São Paulo aparece como momento alto da resistência, extremamente valorizado, porque mostrava a possibilidade de resistir.

Estou querendo apontar para a importância da atribuição dos significados, para a mudança dos significados e, portanto, para o aspecto subjetivo na configuração social. É exatamente a partir do fato de que havia agentes históricos trabalhando no sentido de dar uma outra conotação às formas de organização que não tinham uma incidência direta sobre a institucionalidade, que esse tipo de luta vai ser valorizado. Essa valorização poderia ser cancelada se não produzisse efeito nenhum. No entanto, isso foi se somando, foi se ajustando através de uma série de formas subterrâneas de organização, por exemplo os clubes de mães, formas de organizações primárias, que no começo não têm nenhuma visibilidade, nenhuma importância de alteração da institucionalidade, nenhum caráter claramente político. Seria apenas manifestação da reprodução da dominação. O clube das mães, inclusive, tinha como prática central, no início, uma atividade tradicional da dominação feminina. As mulheres se reuniam para fazer as atividades clássicas da mulher. Desculpem as feministas, as atividades clássicas das mulheres dominadas, que eram enxoval, tricô, crochê e comentário sobre a vida alheia.

Porém é significativo que essas atividades se dão numa dinâmica em que a vida cotidiana começa a ser refletida com outros olhos. Em geral, começamos também a revalorizar o cotidiano. E foi uma revalo-

rização muito significativa, porque o cotidiano antes era sempre pensado como espaço da repetição, portanto um espaço da dominação, da reprodução da dominação. O que é o cotidiano? É aquilo que fazemos todos os dias, tudo sempre igual, como na canção do Chico Buarque.

No entanto, no correr dos anos 70, sobretudo no final da década, começamos a pensar o cotidiano como o espaço da resistência. O que é o cotidiano? É o espaço da vida ordinária; é onde se reproduz a dominação. Mas, por isso mesmo, é o espaço também onde se pode resistir a essa dominação, onde se pode produzir algo de novo, através de movimentos moleculares. Houve inclusive um certo abuso do termo cotidiano que passou a ser visto como se fosse a expressão da resistência. Se fosse assim, viveríamos numa resistência contínua, constante, permanente na sociedade.

Como resistência ao pensamento anterior que só valorizava o institucional, começou a surgir essa valorização do cotidiano, do não institucional, da atividade espontânea e não refletida, não ordenada. Ela começou a ser pensada como necessariamente criativa e autônoma, embora sufocada pelos discursos políticos, pelos agentes de fora, pela institucionalidade. Tudo que não era institucionalizado era criativo, autônomo, a expressão da resistência.

Em primeiro lugar, estava aí uma visão limitada do institucional. Pensava-se no institucional apenas como aquilo que era organizado explicitamente. O que era pensado como institucional? A escola, o hospital, o partido político, a empresa etc. Não se pensava como toda nossa vida cotidiana está institucionalizada a partir da própria linguagem.

E quando um autor como Castoriadis fala da indeterminação e da autonomia, ele deve ser lido com mais cuidado. Vou me referir a ele porque, pelo menos para mim, o conceito de autonomia encontra sua melhor fundamentação no conjunto de sua obra.

Ele não diz que tudo seja indeterminado nem que os dominados sejam sempre senhores de seu destino, bastando que se desembaracem dos agentes e discursos "externos". Exponho assim porque assim aparece em muito discurso autonomista que simplesmente ignora tanto as determinações materiais e simbólicas quanto a interpenetração entre a pluralidade de agentes sociais e seus "meios".

O que ele afirma, na verdade, é que existe na história sempre um elemento indeterminado. Um elemento que é da criação. Estamos nes-

se momento aqui. Isso significa que vários fatores nos empurraram para cá. Várias das coisas que estavam inscritas em lógicas que não dominamos nos trouxeram até aqui. No entanto, tudo o que nos determinou a vir para cá, será insuficiente para explicar o que faremos aqui nesse momento. Existe em cada momento a possibilidade da criação de algo novo. E mesmo quando as coisas se reproduzem, quando se repetem, elas jamais se repetem do mesmo modo. Isso é que é a indeterminação na história. E é isso, então, o espaço da indeterminação a partir do qual emerge a possibilidade da autonomia. E ela jamais é um movimento puramente interno de nenhum sujeito. Não existe nenhum indivíduo ou nenhuma coletividade que possa ter um movimento puramente interno, sem nenhuma injunção externa.

O que Castoriadis chama de autonomia é a capacidade de cada sujeito individual ou coletivamente reelaborar os elementos exteriores em função de um projeto próprio. Assim como para a psicanálise, o indivíduo supera a alienação não quando elimina toda determinação exterior – o que é impossível – mas quando é capaz de ter um discurso próprio, e reconhecer onde está o seu desejo; portanto, ele reelabora tudo aquilo que faz parte da vida que está nele. Também o sujeito coletivo não é aquele sujeito isento de determinações externas, mas é um sujeito capaz de reelaborar as determinações externas em função do seu projeto.

Depois de ter dado toda essa volta, retorno para a bagunça provocada pelos movimentos sociais que emergem nos fins dos anos 70, sobre o pensamento mais vivo sobre a sociedade brasileira nesse período. Digo mais vivo porque sempre existem, na direita ou na esquerda, aqueles que ficaram inabaláveis diante dos novos elementos, imaginando que não haveria nada de novo para surpreender. Esses não se abalam jamais.

Diante da emergência desse novo, o primeiro movimento foi o de procurar referências teóricas para se situar, e diante do novo, evitar o sentimento de vertigem.

Quando tivemos as primeiras formulações sobre o que estava acontecendo no Brasil, principalmente no caso dos Movimentos Sociais Urbanos, havia muita referência ao novo caráter do Estado e, portanto, a um novo caráter do conflito de classes. Vocês vão encontrar muitas teses sobre os Movimentos Sociais Urbanos referindo-se ao fato de que como então o Estado não cumpria mais a função de le-

gitimação, mas apenas uma função importante na acumulação, ele perdia as suas máscaras e agia abertamente na defesa da produção capitalista. Ele então beneficiava a acumulação capitalista e prejudicava a reprodução da força de trabalho. Ele era alvo, e é por isso que os Movimentos Sociais se faziam contra o Estado. Era a nova forma do conflito de classes tendo o Estado como antagonista. Esse modo de pensar as coisas, de um lado, oferecia um estatuto teórico para algo que a gente via e não sabia como nomear. O que estava acontecendo nos bairros de periferia? O que eram aquelas lutas que no pensamento tradicional nem tinham nome? Você sabia identificar quando o movimento se instalava na fábrica, no sindicato, aquilo era luta de classes. O que se dava no bairro o que era? A partir daí se começa a dizer: é luta de classes que se dá na esfera da reprodução. No entanto, a idéia de que esses movimentos eram necessariamente contra o Estado era, pelo menos, problemática.

Em primeiro lugar, estávamos vendo nele uma virtualidade que nem sempre se realizaria. Tivemos também uma série de infundáveis discussões sobre se eles eram reformistas ou não; o movimento sindical ou o movimento operário na produção seria revolucionário e o da reprodução seria reformista. Isso para mim sempre foi uma discussão cretina, porque o movimento na fábrica pode ser reformista. O caráter revolucionário ou reformista tem que ser detectado diante do acontecimento e não diante da estrutura, aonde ele está incidindo. O movimento do camponês que quer terra é reformista ou revolucionário? O movimento do camponês que queria terra no Japão no pós-guerra foi reformista-conservador. O camponês que queria terra na China de Mao-Tse-Tung foi revolucionário. Então é preciso ver a conduta política.

Na verdade, ao se discutir se era reformista ou revolucionário estava-se querendo valorizar ou desvalorizar, qualificar ou desqualificar a importância dessas lutas. É por isso que, ao dizer que esses movimentos eram antagônicos ao Estado, queriam mostrar que aí havia algo em que valia a pena prestar atenção. No entanto, dizer que eles eram necessariamente antagônicos ao Estado era evidentemente um exagero. E vários estudos, até constatar que alguns não se davam frontalmente contra o Estado, diziam que estavam em estágio embrionário. Deve-se ter plena consciência de que ao afirmar isso, está-se colocando muita subjetividade no assunto. Vários de nós, que às

vezes fazemos pesquisa participante ou até a maior parte das vezes, participação observante, devemos saber distinguir as coisas. Ao afirmar que uma ação coletiva qualquer tem germes de antagonismo contra o Estado, boa parte das vezes estamos colocando um grão de nossa vontade, que pode se realizar ou não.

Agora, o segundo aspecto é o seguinte: dizer que a autonomia era explicada pelo novo caráter do Estado é também uma forma esdrúxula de pensar a autonomia. Quer dizer, os movimentos eram autônomos a partir de determinações estruturais. Eles eram autônomos no sentido de que não eram vinculados a nenhum partido, mas era como se o movimento deles já fosse determinado pelas estruturas. Então, na verdade, você não teria nenhuma criação na história. E aqui faço ligação com um outro aspecto, com que me defrontei muito: a questão das determinações estruturais.

Um primeiro estudo extremamente interessante sobre o novo sindicalismo brasileiro foi feito por Maria Hermínia Almeida em cima do sindicalismo de São Bernardo. Ela analisa e verifica como a estrutura sindical brasileira e a legislação do trabalho foram arquitetadas em função de uma outra estrutura industrial. Ela verifica como a nova estrutura industrial produzia conflitos no nível de cada empresa, que não encontrava possibilidade de expressão numa legislação e numa forma sindicalista extremamente unitária e centralizadora, e, por isso mesmo, as lutas se faziam nas fábricas por fora desse sindicalismo. Ela mostrava tudo isso com enorme pertinência. E, a partir disso, ela verificava a emergência do sindicalismo de São Bernardo e de São Paulo, com Joaquinção (embora ela analisasse menos o de São Paulo). Ela dizia que estava surgindo um novo sindicalismo. E a partir disso ela dizia: esse sindicalismo corresponde aos interesses dos trabalhadores das indústrias modernas, é um sindicalismo apolítico, um sindicalismo de negócios, como o norte-americano, e está pouco interessado nas grandes transformações sociais. Está mais interessado nas melhorias imediatas para os seus associados. A conclusão dela foi desmentida brutalmente pelos acontecimentos. E é por isso que, inclusive, o seu estudo foi injustamente relegado aos arquivos. Digo injustamente por quê?

Em primeiro lugar, porque aí existem contribuições interessantíssimas. Mas, em segundo lugar, exatamente porque a deficiência da sua conclusão já apontava para a deficiência desse tipo de raciocí-

nio. Ou seja, analisam-se as determinações estruturais e, a partir daí, tiram-se as conclusões sobre o caráter político dos movimentos coletivos. Está faltando um termo nessa análise. É aquilo que Thompson, num capítulo do livro *Miséria da teoria*, nomeou como o termo ausente numa certa tradição marxista. O termo é a experiência, que para mim foi o termo fundamental na minha pesquisa.

A *Miséria da teoria* e uma crítica ao estruturalismo, particularmente ao Althusser. Simplificadamente a tese dele é a seguinte: as pessoas são condicionadas pelas relações sociais, nas quais estão imersas e, fundamentalmente, pelas relações de produção que são as mais importantes. No entanto, entre essas relações sociais institucionalizadas, estruturadas, e as ações coletivas não se pode estabelecer uma passagem imediata. Existe uma instância fundamental que é a da experiência e da elaboração da experiência. Quer dizer o seguinte: tomando os trabalhadores do petróleo da Bahia, da Venezuela, do Texas e do Irã poderemos pensar que se tratam de pessoas que podem estar inseridas em estruturas produtivas similares. Mas o fundamental seria saber como essa condição proletária é experimentada. Isso é fundamental para sabermos compreender o significado das ações coletivas. Como a condição proletária é experimentada? Ela é experimentada através da cultura, através de padrões de interpretação do vivido. É por isso que não podemos compreender o comportamento dos trabalhadores do petróleo do Irã sem passar pela compreensão da sua religião. Há o significado que aquela condição tem para aquele país.

Então, no caso das greves que emergiram em 78 e 80, quem quisesse ver nisso apenas a exploração, seria incapaz de entender como tivemos greves aonde às vezes as reivindicações já estavam sendo satisfeitas.

Há um estudo excelente, uma tese que foi defendida exatamente sobre o movimento dos metalúrgicos de São Bernardo. É de Laís Abramo que fala sobre a Dignidade do Trabalho. Ela verifica que algo de fundamental para a compreensão da dinâmica das greves foi a afirmação de uma dignidade que estava sendo afrontada e o momento daquela revolta vinha carregado disso. Só por aí você pode entender reações diferentes no interior da mesma classe. Se fôssemos ver apenas determinações estruturais, se não fôssemos entender como determinados grupos de indivíduos, formando coletividade e elaborando suas experiências, elaboram formas particulares de relação a elas, nós

não poderemos entender a diversidade de reações a partir de condições semelhantes. É por isso então que, de um lado, me pareceu fundamental a partir das indicações de Thompson, pensar como uma determinada condição de vida é experimentada. E a experiência nos remete diretamente aos elementos da cultura enquanto experiência elaborada. Não é, então, por acaso que o estudo dos movimentos sociais se beneficiou tanto com o concurso de antropólogos. Por quê? Porque os antropólogos deixaram de lado parâmetros exteriores aos movimentos: se eram ou não diretamente políticos, se correspondiam aos parâmetros dados às organizações existentes ou ao Estado etc. E eles foram com olhos etnólogos para verificar que significado havia para os próprios agentes das ações nas quais estavam envolvidos.

Então tivemos uma aproximação maior de uma parte desses movimentos. No entanto, verdade seja dita, como as questões políticas são inevitáveis, como as pessoas não se aproximavam dos movimentos de modo inocente, exatamente porque eles estão se dando na nossa atualidade, portanto carregados de sentidos de luta, nós nos aproximamos (prática ou teoricamente) porque queremos encontrar respostas para nossos desafios e interrogações. Várias vezes, então, tivemos análises antropológicas desses movimentos que serviam para reforçar, implicitamente, uma idéia de que aí estava o espaço da autonomia desde que não fossem importunados por agentes exteriores.

Agora passarei – ainda que algo bruscamente – ao momento presente. Para me referir ao momento atual faço uma periodização bem grossa. Num primeiro momento, acredito, vindo esses novos movimentos sociais dos subterrâneos dos anos 70, eles têm basicamente uma história interna. Na maior parte das vezes nem têm referência ao Estado, pois se o significado deles dependesse da sua capacidade de incidir sobre o Estado, eles seriam insignificantes. Mas são capazes de sobreviver apesar de não obterem, na maior parte das vezes, resultados visíveis. O seu resultado fundamental era criar um espaço coletivo de auto-reconhecimento entre seus participantes.

Esse período, grosso modo, se conclui em 78 com a visibilidade pública do movimento do Custo de Vida e dos movimentos grevistas.

De 78 a 84, temos nesse país um período decisivo de emergência dos movimentos sociais a nível da produção e da reprodução. Eles têm visibilidade pública e acontecem no momento da crise do regime militar e da transição para um outro regime. Fala-se até hoje em tran-

sição. Penso que essa transição está concluída. Dizer que ainda hoje “estamos na transição” tem um efeito ideológico de alimentar a espera das mudanças que ainda virão desse processo. Imaginar que estamos em transição pressupõe que esse processo de passagem vai mais longe. Mas penso que ele deu o que tinha de dar. Muita coisa mudou. Espaços de organização, de manifestação, de reivindicação são extremamente mais amplos. As formas de dominação dependem muito mais de uma legitimidade obtida no interior da própria sociedade. E é por isso mesmo que se perde um pouco o encanto, o fascínio e a ilusão que se tinha com a sociedade civil. Havia muita expectativa de que quando a sociedade civil emergisse não haveria quem a segurasse. Era como se a sociedade fosse necessariamente contestadora e estivesse apenas sufocada pelo tacão dos militares.

De repente percebemos que a sociedade é conservadora. Que o cotidiano é conservador, que não se trata apenas de deixar o cotidiano emergir. Que esse cotidiano deve ser transformado.

Voltando ao período que vai de 78 a 84, quando os movimentos emergem, percebemos que eles se defrontam com a institucionalidade estatal e com a força que eles obtiveram antes a partir da sua história interna. O fato de terem sido incapazes de se apossarem do poder, para muitos levou a um enorme desencanto. Para mim, que talvez com os anos aprendi a ser mais paciente, penso que o resultado obtido já é extraordinário. Pensando numa sociedade atrasada politicamente, conservadora e reacionária como a brasileira, acho extraordinário o que se obteve de transformação através dessa movimentação social.

Esses movimentos sociais tiveram uma incidência unificada num momento particular durante a campanha das diretas. Nesse momento, os vários movimentos sociais convergiram com nítido cunho político. Esse movimento produziu um efeito apenas indireto. Ele deslegitimou finalmente o regime militar sem ter força própria para assumir o comando da política. Ele permitiu uma nova articulação entre as elites dominantes: um setor oposicionista e uma dissidência do bloco dominante.

A partir daí, tivemos uma outra experiência de política decisiva cuja conseqüência estamos vivendo até hoje. A massa da população brasileira viveu essa experiência e dela tirou lições. Quais as lições que a massa brasileira tirou do desfecho da campanha das diretas? Em primeiro lugar, que conseguiu-se algo, pois efetivamente a maioria da

população brasileira viu, na passagem de Figueiredo para Tancredo Neves, uma mudança positiva. Era o que a população queria, ou seja, a saída dos militares e o início do regime civil. Em segundo lugar, que as mudanças políticas são feitas pelos que têm poder para fazê-las. A massa na verdade é utilizada de forma manipulada. E a massa acompanhou pela televisão e voltou a ter um comportamento ambíguo na política, com grandes momentos de entusiasmo, e grandes momentos de desgosto, pelo sentir-se enganado posteriormente. É o comportamento de quem se sente fora do cenário da política. Temos de novo o cenário da política como cenário exterior à maioria da população: a política para quem tem competência para fazê-la.

Do ponto de vista dos movimentos sociais, aqueles que estão vinculados ao terreno da produção, que pode ser tanto a fábrica como o banco, o escritório, a escola, têm maior estabilidade mas têm também um caráter mais corporativo: é a defesa da reivindicação mais imediata.

Os outros movimentos, embora sejam muito vivos, são extremamente mutáveis. E é por isso mesmo que autores como Ernesto Laclau não usam mais o termo "sujeito político". O termo sujeito político foi muito valorizado por mostrar o aspecto da subjetividade e da autonomia mas, ao mesmo tempo, ele pressupõe uma certa continuidade, uma identidade única. Guattari fala de agenciamentos coletivos da subjetividade. Em cada momento a subjetividade é agenciada de um modo particular. O significado disso é que boa parte desses movimentos tem uma incidência mais molecular, difusa, que vai transformando os hábitos na sociedade. Mas tem pouca eficácia do ponto de vista da institucionalidade estatal.

ARTIGO

Una alternativa profesional

María Cecilia Tobón*

La profesión del Trabajo Social en América Latina enfrenta de manera constante y permanente el cuestionamiento y exigencia de una realidad social que cada día muestra con más fuerza el impacto de la pobreza y la ineffectividad de los modelos de desarrollo que forman la base de las decisiones políticas en nuestros países.

El agotamiento y desgaste del modelo neoliberal y de los regímenes políticos autoritarios de derecha, abren el horizonte para que surjan nuevas alternativas y propuestas a los viejos dilemas del desarrollo y su relación con las diversas modalidades políticas que los representan¹. Frente a la incapacidad e inoperancia de las fórmulas políticas apoyadas en la represión, la burocracia y la corrupción, empiezan en todos nuestros países a gestarse cada vez con mayor fuerza y empuje, proyectos populares que tienen originalidad, fuerza y perspectiva.

Los sectores populares formulan alternativas para atender sus necesidades cotidianas, para resolver los problemas de su supervivencia dentro de situaciones que harían completamente inviable cualquier

* Asistente Social, investigadora e ex-diretora do Centro Latino Americano de Trabajo Social (CELATS), Lima, Peru.

1. Alejandro Foxley. Paradigmas de desarrollo y democratización. Boletín del Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales de la UNAH.

otra alternativa y, sobre todo, van perfilando su apoyo a proyectos que buscan la democratización de nuestras sociedades, hacer más fuerte la participación social y defender los intereses de los pobres y oprimidos.

En los últimos años se da una tendencia a que la sociedad civil se revitalice y empiece a gestar nuevas formas de expresión social y política, y se plantee el propósito de crear y garantizar espacios para las organizaciones y los movimientos sociales demandando autonomía frente al Estado. La democratización, como forma de enfrentar el desarrollo de la sociedad y la superación de sus problemas concretos, se constituye en expresión profunda del anhelo y sentir popular, y en el eje de discusión de los procesos concretos de desarrollo y evolución política de la región.

A partir del cambio en el contexto social, se crean en todos los países de América Latina una serie de situaciones que tienen impacto directo en la expansión o restricción de nuestro espacio profesional y modifican radicalmente las condiciones de ejercicio. La definición de un proyecto profesional alternativo pasa por entender el sentido y significado que para la acción profesional tienen estas nuevas condiciones sociales.

Entre la complejidad de relaciones que afectan al ejercicio profesional queremos presentar una serie de reflexiones sobre aquellas que consideramos básicas para definir el contexto de posibilidades y límites concretos de una reformulación profesional.

a) Dentro del avance contradictorio del movimiento popular, y el permanente enfrentamiento entre la claridad y la confusión, las organizaciones populares y los sectores sociales que ellas agrupan, van viendo cada vez con mayor claridad que el factor fundamental en el cambio social es la lucha que permite que el pueblo intervenga en la historia y la recree, gestando y apoyando un proyecto histórico político de transformación de la sociedad; asumen cada vez con mayor fuerza su papel protagónico en la construcción de alternativas propias y originales de desarrollo y construcción de la democracia.

La historia reciente demuestra que el proyecto oligárquico burgués no tiene la fuerza ni la potencialidad necesaria para desarrollar una alternativa efectiva para superar la miseria y el atraso de nuestros pueblos, y que si bien coyunturalmente aún subsiste y se mantiene, lo hace apoyado en la represión, la dictadura y la violación de los dere-

la transformación y el cambio se dan con nosotros o sin nosotros, pero siempre que se dan sin nosotros nos dejan atrás y quiebran toda posibilidad de subsistencia como profesionales: la experiencia muestra como un proyecto profesional que se limita al ejercicio de las condiciones del empleo, que se limita a reproducir acriticamente aquello que le es permitido por un régimen, se encuentra completamente desvalido, anacrónico e inviable cuando ese régimen cambia. Si nuestra formación en el terreno teórico y metodológico se ha visto siempre condicionada por aquello que el empleo nos ha permitido hacer, o por lo que nos han dejado leer; en el momento en que la sociedad y las instituciones empiecen a cambiar, a ser cuestionados todos los viejos moldes, nos encontraremos sin herramientas que permitan dar una respuesta a ese cambio y cuestionamiento.

La experiencia reciente de América Latina (Argentina, Uruguay, Centroamérica) ha permitido que los trabajadores sociales empiecen a reconocer que la lucha plena por la democracia, por los derechos humanos, por el ejercicio de los derechos ciudadanos, es una lucha que nos compete no solamente como individuos sino como profesionales. Solamente esta comprensión nos permitirá hablar de un proyecto profesional para hoy y para mañana; construir algo que garantice nuestra supervivencia como profesión dentro de la sociedad.

La lucha por el ejercicio democrático de la profesión se constituye entonces en un proyecto que orienta la elaboración teórica y metodológica de la profesión en la búsqueda de respuestas democráticas y con opción por el cambio. Se trata de contribuir a la constitución del sujeto popular del cambio, a partir de la consolidación de la identidad de grupo que facilite la consolidación de la organización y la identificación con un proyecto político popular.

Condición indispensable para la construcción del proyecto profesional alternativo es la democratización del ejercicio profesional. Esta democratización implica:

1. El compromiso profesional con las demandas de democracia en la sociedad global, a partir de la defensa de los derechos humanos y del ejercicio pleno de los derechos ciudadanos.

2. La redefinición de la relación trabajador social-usuario; redefinición que pasa necesariamente por la modificación de la conceptualización y la forma de relación y de ejercicio profesional, constituyéndose en un proceso a partir del cual el trabajador social revaloriza

la cultura y las potencialidades del sector popular, crea mecanismos que permiten la gestación de formas de participación que desmitifiquen en la práctica el poder y la verdad que se le confiere a la acción institucional y profesional.

La práctica profesional redefinida, debe entender su acción dentro de un proyecto social que pone al usuario, tanto en su dimensión individual como en su dimensión colectiva y de grupo, como sujeto y centro de la acción; son los grupos, las organizaciones quienes asumen y dirigen su propio proceso.

La acción social se ve ya no como un fin en si misma, sino como un medio de apoyo imprescindible para lograr la participación; se trata pues de formar y preparar condiciones para un ejercicio pleno de la democracia, mediante una acción en la cual se reconozca todo avance como el producto de una construcción colectiva, de una búsqueda común en donde los aportes y la participación la hace cada cual desde el ángulo o aspecto que tiene mejor desarrollado.

En contraposición al patrón tradicional, vertical y autoritario que define contenidos, establece métodos, conductas y comportamientos a adquirir desde un núcleo poseedor del conocimiento, el proceso de intervención a desarrollar se caracteriza por el diálogo, el intercambio, la voluntad de compartir conocimientos y la búsqueda común, quedando eliminada la tradicional diferenciación entre profesionales y usuarios, instructor e instruídos, para crear un interés común que identifique al grupo, tanto a los profesionales que facilitan y promueven la acción como a los usuarios de los sectores populares que participan de la experiencia, elementos entre los cuales se establece una relación de horizontalidad.

“Al optar por un quehacer ligado a sectores que se organizan en torno a necesidades concretas, nos involucramos junto a ellos en un proceso de búsqueda común, que recoge, a través de las experiencias, aquellos elementos propios que impulsen a una línea de trabajo que responda a múltiples necesidades y no sólo a una, y, que a su vez, permita integrar todas las demandas, todas las dimensiones, es decir, los múltiples elementos que configuran la organización y le otorgan identidad.”

“Es un proceso que requiere atravesar las distintas facetas del mundo popular, recogiendo a través de lo cotidiano: su historia, su saber, sus aspiraciones, descubriendo en ellos su propio proyecto, po-

chos humanos. Los sectores populares ofrecen su apoyo a las propuestas de democratización y defensa de sus intereses y vuelven la espalda a la convocatoria de las derechas tradicionales.

La fuerza del movimiento popular empieza a hacer más clara la acción política del profesional, desmitificando su acción y despojándola de su pretendida apoliticidad. Se empieza a demostrar que el profesional está identificado con uno o con otro interés en la lucha cotidiana, en el enfrentamiento del problema que ellos viven día a día. Los sectores populares son cada vez más capaces de saber quién está con ellos y quién está contra ellos y de apoyar a aquellos con quienes se identifican y rechazar a quienes están en su contra.

La politización de la relación entre el trabajador social y los sectores populares obliga a la profesión a definiciones cada vez más precisas, claras y tajantes. El enfrentamiento más o menos agudo entre los sectores sociales exige que el compromiso y la definición asuman distintas formas, siempre condicionadas por la articulación de la profesión al movimiento popular.

b) La llamada crisis del estado benefactor que, está detrás del proceso de privatización de los servicios sociales básicos unida a la burocracia, corrupción e inoperancia de los proyectos y las instituciones dedicadas a lo social, se ven enfrentadas en forma cotidiana y constante por la fuerza contestataria de la organización popular y la forma activa y eficaz como ha asumido y desarrollado estrategias de sobrevivencia que le permitan atender sus necesidades básicas y cotidianas; este enfrentamiento cuestiona directamente la base de la asistencia social tradicional demostrando su ineffectividad y poniendo en tela de juicio su viabilidad histórica.

Es claro que un sector poblacional organizado puede resolver con mucha más eficacia y efectividad problemas inmediatos de su vida cotidiana que las instituciones del estado financiadas con un presupuesto de miles de dólares. La concepción, la forma de enfrentar el problema, los métodos de trabajo que acompañan el proyecto asistencial del Estado, han sido superados históricamente por la conceptualización y la acción de los sectores populares. Ahí donde la institución ha mostrado estruendosamente su fracaso, la organización y la fuerza popular generan nuevas formas, nuevos métodos que se muestran como alternativas históricas posibles.

La fuerza de la participación popular cuestiona entonces ese mito de la efectividad de la institucionalidad "de la necesidad del trabajo de los técnicos y profesionales". El proyecto de asistencia de las clases dominantes es un proyecto en decadencia y si la profesión del Trabajo Social lo apoya, se mantiene firme a sus propósitos y a sus intereses, estará condenada a desaparecer como profesión así como ese proyecto está condicionado históricamente a desaparecer.

Ahora bien, el movimiento popular en América Latina que cuestiona el ejercicio profesional asistencialista o tecnocrático del Trabajo Social, es a la vez su fuente de enriquecimiento científico y metodológico; crea nuevas posibilidades y exigencias para formular una nueva identidad, posibilita recrear su vínculo histórico con la asistencia, rescatando aquellas dimensiones profesionales capaces de sumarse a la dinámica social, de formular nuevas comprensiones históricas, nuevos valores sociales, nuevas relaciones al interior de los grupos sociales y profesionales, buscando un proceso real de renovación social y profesional.

Tenemos claro que revertir la práctica profesional no es una exigencia del empleo sino una necesidad inherente al desarrollo de la profesión, que supere el nivel de la utopía, del deseo y se pueda concretar en acciones inmediatas en el aquí y en el ahora, fijándose metas a corto y largo plazo.

Trabajo Social y Democracia

Todos estos elementos nos llevan a plantear que el Trabajo Social en América Latina tiene solamente una perspectiva histórica: vincularse a la defensa de la democracia, vincularse al apoyo de los proyectos populares como condición necesaria para su propia subsistencia. El Trabajo Social vinculándose a la lucha por la democracia, vinculándose a la defensa de los derechos de los sectores populares no está trabajando por otros, no está realizando aquella labor del apóstol que se sacrifica, ni del agente externo que se vincula a otros para luchar por ellos: está defendiendo las condiciones de existencia de su propia subsistencia. El Trabajo Social tiene que crear hoy una profesión que responda a la sociedad que cree, debe ser la que exista en el futuro. Repitiendo las palabras que se han dicho muchas veces,

sibilitando su avance en función de los objetivos y metas que se plantean. Precisar que entendemos por proyecto político del pueblo, es entender cuáles son las bases sobre las que esto se está construyendo y, por otro lado, cómo se puede ir construyendo dándole fuerza de proyecto político a aquello que se origina desde la base. Esto implica, muchas veces, ante la necesidad de ligar múltiples variantes, reformular el proyecto inicial de trabajo, de acuerdo entonces, al diagnóstico que hagamos de los que son hoy día los sectores populares y cuáles son sus problemas ejes"².

Si aceptamos como válidos estos postulados tenemos que recordar que una de las necesidades fundamentales de los programas de acción hace referencia a la autoexpresión no sólo como derecho y necesidad de los sectores populares sino como componente y requisito básico de un proceso de educación; ahora bien, la autoexpresión si no es problematizada puede quedarse y, de hecho, se queda en muchos casos, en una mera reproducción acrítica de la cultura dominante que ha sido internalizada por las clases dominadas.

La crítica a las prácticas autoritarias y de manipulación, el énfasis en la creación y elaboración de trabajo colectivo, son expresiones de la búsqueda, de creación cultural alternativa que, de alguna manera prefigura el proyecto de sociedad por el cual se lucha; esta tarea permite que el agente profesional asuma un rol activo en el impulso a las formas de organización y de acción democrática y como agente motivador y crítico.

"Librados a su propia cosmovisión el grupo no avanza, se estanca en su propia percepción ingenua y contingente, no ensancha su horizonte de conocimiento y su capacidad crítica. No hay proceso. La educación popular rechaza tanto la idea de la diferenciación jerárquica entre educadores y educandos como la de un educador pasivo que por un mal entendido de respeto al pueblo se desresponsabiliza de la finalidad del proceso educativo y se inhibe de hacer su aporte"³.

Para avanzar en el proceso de educación, el grupo, la organización popular necesita fuentes de información que lo alimente, elemento de discusión, elementos motivadores de actitudes críticas que

2. Reflexiones sobre la organización popular. Documento resumen de la reunión organizada con Centros de Promoción Social. CELATS, Lima, Perú, Junio 1985.

3. Kapiún, Mario: "La Educación de Adultos".

permitan estimular la integración grupal. Para lograr un proceso educativo netamente democrático y popular, el grupo si bien debe autogestionar su propio programa formativo, requiere desarrollar en él, el ejercicio pleno de la democracia, combatir los vicios de relación y procedimiento. Esta condición, abre un aspecto básico en el cual el ejercicio profesional encuentra la posibilidad de reforzar la lucha por la democratización de la sociedad luchando contra los rasgos antidemocráticos presentes en su campo de trabajo.

Relación agente externo-población

En la relación agente externo-población se presenta como prioritario un gran desafío: resolver la contradicción natural que existe en este tipo de relaciones; algunas veces el agente externo se niega a sí mismo, actitud que se expresa en la incapacidad profesional de identificar como acción profesional aquella que se hace asumiendo el papel de mero acompañante y la postura de desvalorización de su propia práctica. El otro extremo de la negación lo tenemos cuando se pretende suplir a los protagonistas, asumiendo una relación vertical e impositiva. Bajo estas concepciones hay una teoría implícita: la visión idealista del mundo popular. Esta concepción es la que se trata de imponer a la realidad y corre el riesgo de situar a los agentes como reductores o aceleradores de los procesos. El Trabajador Social debe ubicar su acción profesional en un contexto que permita devolver al grupo su propia experiencia, pero formulada didácticamente, pedagógicamente, esto es: organizada, estructurada, problematizada, de modo que ellos puedan verla en una perspectiva crítica, interpretarla, analizarla, discutirla y establecer las causas condicionantes de la situación que están viviendo y que ellos han aprehendido e interpretado en base a sus manifestaciones, sin percibir sus raíces, su causalidad⁴.

El enfrentamiento de acciones concretas en la vida cotidiana es el terreno en el cual se puede desarrollar la reflexión crítica de los sujetos para definir y resolver sus necesidades inmediatas, e ir superando los mecanismos de dominación, donde el pueblo aprende a decir su palabra y realizar una práctica de la organización en la cual se

4. Reflexiones sobre la organización popular. Op. Cit.

lucha por la democracia de bases, por la expresión de las personas, por la valorización de lo individual y lo colectivo.

El valor central presente en todo proceso de intervención tiene que estar expresamente ligado a la solidaridad, entendida como generador de la interacción que transforma la dinámica del proceso grupal. La necesidad de fortalecer y consolidar el valor solidario en su dimensión intergrupal y en su proyección social debe orientar el énfasis de la acción.

Después de muchos años de experiencia, de reflexión y de intentos de ligarnos al proceso de las organizaciones populares, hemos venido entendiendo que el profesional cumple un papel importante frente al movimiento popular; diferenciado claramente del papel del militante político, pero importante también en términos políticos ya que puede facilitar, impulsar, ayudar, determinados procesos que son básicos para el desarrollo de cualquier proyecto alternativo.

La reformulación de la práctica profesional plantea al trabajador social la urgente necesidad de avanzar en la elaboración de una teoría de la educación popular, de la organización y dinámica del movimiento popular al interior de la historia latinoamericana, con el interés fundamentalmente práctica de obtener una concepción global y coherente que permita orientar y dar sentido a formas concretas de asumir las tareas de la práctica profesional en el terreno popular.

Vincular la profesión a los propósitos y las prácticas populares, será una posibilidad concreta en la medida que se construya un proyecto profesional articulado a la lucha por la democracia, a partir de la democratización del ejercicio profesional.

La creación del espacio institucional

La democratización del ejercicio profesional tendrá que expresarse necesariamente en la lucha por la conquista de nuevos espacios institucionales, no podemos formular un proyecto profesional que se base en la negación de la profesión misma, no podemos pensar que ese proyecto se construye independiente de las condiciones reales de existencia de la acción concreta de aquellos que lo impulsan. Tenemos que entender que el Trabajo Social articula varias dimensiones en

su quehacer profesional, las cuales se definen mutuamente, y no existen una sin las otras.

“El Trabajador Social es un administrador de recursos institucionales por los cuales debe responder. Es un técnico (un intelectual, en el sentido de Gramsci) que no aplica mecánicamente recetas sino busca la coherencia entre situaciones objetivas y respuestas. Es un educador social”⁵.

Entendemos entonces que estas 3 dimensiones deben articularse al proyecto popular desde aquel espacio ocupacional en el cual se desempeña el T. S. La administración de programas institucionales debe incorporar el interés, la necesidad y el deseo del pueblo, obligándose a responder frente a estos más que frente a la institución, en la búsqueda de coherencia entre sus respuestas y las situaciones objetivas el trabajador social comprometido con el sector popular tiene que tomar como eje articulador el interés popular. Al enfrentar la tarea fundamental de la educación social el trabajador social tiene que entender que esa educación tiene un contenido y un sentido que necesariamente debe responder al interés del pueblo.

Es imposible entonces reformular las varias dimensiones de su acción profesional si no se conquista un espacio institucional que lo permita. Es necesario superar las concepciones y corrientes profesionales que aún ahora buscan respuestas y alternativas negando la acción institucional, ignorando el carácter dependiente del profesional y su condición de agente social que vende su fuerza de trabajo.

Afortunadamente en los últimos años se fortalece la tendencia profesional que entiende que no puede esconder la cabeza como el avestruz, ni ampararse en falsas expectativas recreando la dicotomía y la doble moral del profesional, que habla en una forma pero actúa en otra y que se hace necesario diseñar una estrategia y una táctica de lucha que permita nuevos espacios y que conquiste nuevas posiciones.

El trabajador social tiene que formularse nuevas preguntas planteadas no desde su posición aislada sino a partir de las condiciones sociales que vive como profesional y como ciudadano inserto en una realidad y un movimiento social. No podremos encontrar respuestas a partir y desde nuestra propia profesión, es necesario asumir

5. Diego Palma. “La Práctica Política de los Profesionales”.

la problemática que está viviendo el conjunto de la sociedad y articular nuestra lucha a la lucha de los otros sectores sociales; es solamente a partir de esa articulación, de constituirnos realmente en una fuerza social que se apoye y apoye a los demás sectores, que podremos encontrar la fuerza suficiente para la conquista y creación del espacio institucional que permita cambios en el ejercicio profesional.

Es justamente la lucha contra la represión, por los derechos humanos, por el ejercicio de la democracia plena, lo que nos permitirá encontrar respuestas a las múltiples preguntas que siempre nos formulamos sobre las posibilidades y las limitaciones. Es esa lucha la que nos permitirá ser una profesión que presenta alternativas y tiene viabilidad en las nuevas condiciones sociales.

A produção do conhecimento na educação popular

João Francisco de Souza*

1. Na América Latina, parece-me que, mesmo não havendo ainda acordo terminológico, na prática se caminha para identificar pesquisa-ação e pesquisa participante (cf. Thiollent, 1985:14-5)¹ como um tipo de pesquisa social onde a produção de conhecimentos se dá na ação ou na busca de soluções para angustiantes problemas das camadas da classe trabalhadora ou popular², que são os verdadeiros problemas nacionais.

* Professor do Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação do Centro de Educação da UFPE, Recife (PE), Coordenador da Rede Latino-americana de Pesquisa Participante do CEAAL (Conselho de Educação de Adultos da América Latina), presidente da Fundação Guararapes, órgão da Prefeitura do Recife para o ensino de 1º Grau; mestre em Sociologia.

1. A diferença que Thiollent estabelece, no meu entender, confirma minha indicação no sentido de superar a distinção entre pesquisa-ação e pesquisa participante. O que ele chama de pesquisa-ação é, praticamente, o que no CEAAL (Conselho de Educação de Adultos de América Latina) entendemos por pesquisa participante (cf. Souza, 1985).

Orland Fals Borda, um dos que iniciaram a formulação da proposta de pesquisar a realidade para transformá-la, usa o termo pesquisa-ação participante (IAP) (cf. Borda, 1985).

2. Definindo-se, objetivamente, as classes por suas relações de propriedade/não-propriedade do capital, elas são, fundamentalmente, duas numa sociedade capitalista. A elas denomino, indistintamente, de proprietárias/não-proprietárias, dominantes/dominadas, opressoras/oprimidas, exploradoras/exploradas, expropriadoras/expropriadas, atendendo, no entanto, a determinadas especificidades.

A classe não-proprietária ainda denomino trabalhadora ou popular. Percebendo, no entanto, sua heterogeneidade, refiro-me a ela sempre em termos de frações ou camadas da

Não se trata mais do desenvolvimento, tal como experimentado na década de 60. Todos conhecemos os resultados das políticas desenvolvimentistas para a América Latina e a falácia da ajuda oficial do Norte ao Sul.

Trata-se, atualmente, de lutar para transformar as relações sociais predominantes e construir/consolidar outras relações sociais. Entenda-se *relações sociais* como relações de produção (economia) mais suas expressões simbólicas, a ideologia em seus diversos campos (ciência, senso comum, religião, filosofia, direito, literatura, política, Estado etc...) e níveis. Em cada momento histórico há um dos campos da ideologia que predomina de acordo com situações conjunturais. Mas ainda integram as relações sociais os sentimentos, o afeto, a paixão, ou seja, as expressões psicológicas e existenciais.

As atuais relações sociais impedem que nos realizemos como seres humanos. Parece que essa constatação nos impõe a necessidade de sua transformação e de construção/consolidação de outras relações sociais.

2. O pesquisador que se posiciona segundo essa necessidade coloca como problema fundamental a produção de conhecimentos adequados à necessária transformação dessas relações sociais. Pois está consciente da vinculação existente entre o conhecimento e/ou sua utilização (tecnologia, políticas sociais, cultos religiosos etc...) e o poder econômico-político.

A atual configuração das relações sociais, em nossa pátria latino-americana, em que o conhecimento tem contribuído para sua deterioração, provocou a indicação de alguns intelectuais na medida em que as camadas da classe popular começaram a avançar em suas reações contra esse modelo econômico-político.

Houve e há uma profunda indignação em relação às consequências que essa estrutura provoca para as camadas da classe trabalhadora. E para os próprios intelectuais, transformados em meros capatazes do capital ou do Estado que, tendencialmente, na correlação das forças sociais na sociedade capitalista, servem aos interesses da acumulação de capital.

classe trabalhadora ou popular que, sendo também heterogêneas, por sua vez, compõem-se de categorias. Temos ainda a acrescentar, além desse corte básico e a partir do qual tem que se compreender a questão da raça e em relação às mulheres, a questão do gênero e também da raça (cf. Souza, 1984: 10-12).

Essa indignação/ira dos intelectuais, atitude ética de solidariedade e de preservação da dignidade de seu próprio quefazer, coloca a questão de sua tarefa específica, nesta sociedade, que é a produção de conhecimentos e sua utilização. Perguntamo-nos, então: como reorientar a produção e utilização do conhecimento? Que conhecimento produzir? Para que produzi-lo? Como produzi-lo numa nova perspectiva? E já direcionamos a resposta: como fazer isto de tal forma que o conhecimento seja efetivamente útil à transformação das atuais relações sociais e à construção/consolidação de outras relações sociais na perspectiva da hegemonia popular?

3. Do *ético* passamos ao *político* (transformar/construir/consolidar relações sociais), que nos leva ao *epistemológico-metodológico* (que conhecimento é útil a essa transformação? Como produzi-lo?). Parece, portanto, ficar clara a correlação entre essas dimensões do real sem que elas sejam confundidas ou reduzidas uma à outra. Cada uma tem suas especificidades, mas elas relacionam-se dinamicamente, determinando-se e criando as condições de superarem-se. Não há oposição ou inimizade entre elas como quer fazer crer uma postura intelectual a serviço da acumulação de capital.

4. Outro aspecto que parece estar claro para nós é que a transformação das atuais relações sociais e a construção/consolidação de outras só são possíveis através da práxis³ os explorados/oprimidos, seus aliados, seus intelectuais orgânicos e intelectuais comprometidos com a hegemonia popular, com autênticas lideranças revolucionárias. Para os intelectuais que nos queremos comprometidos com essa perspectiva, a questão é a contribuição do conhecimento e sua produção nos diversos momentos da luta pela transformação social, que não parece se dar num passe de mágica nem numa única ação; parece exigir ações várias e em níveis diversificados no interior de um longo processo.

5. Está, parece-me, posta a questão para os intelectuais, sobretudo para os das ciências sociais (sociólogos, antropólogos, pedagogos, politicólogos, economistas, comunicadores, teólogos etc.). O

3. "Práxis... é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor/oprimido. Dessa forma, essa superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a, simultaneamente, atuam sobre ela" (Freire, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974: 40).

problema, pois, repito, é produzir um conhecimento que sirva à transformação das atuais relações sociais e à construção/consolidação de outras relações sociais, cooperativas, solidárias, humanizantes/personalizantes etc... num Estado (ou no seu desaparecimento) qualitativamente diferente. Transformação/construção/consolidação que se realiza através de diversos momentos e ações ambíguas e contraditórios, tentando, no entanto, superar as atuais contradições antagônicas.

6. Parece que para esse processo de emergência de outras relações sociais que se geram no seio das velhas só um novo conhecimento pode dar uma contribuição efetiva. Esse novo conhecimento será a superação/síntese dos atuais conhecimentos. Conhecimento é a matriz dos novos que, por sua vez, serão ambíguas. Insere-se, parece, a necessidade de lutar por um conhecimento unificado do social ou por uma nova cultura popular que sugere a dicotomia saber popular x conhecimento científico.

Esquemáticamente, de um lado, identifica-se o *conhecimento científico/acadêmico/universitário* tal como produzido e reconhecido pelas diversas comunidades auto-intituladas científicas e, ainda, o literário (da língua, da literatura) que é também reconhecido, mesmo que um tanto mais livre, mas com propostas de análises ditas também rigorosas. Tudo isso, no entanto, tem servido tendencialmente (portanto, quase exclusivamente) à dominação (exploração/opressão/desumanização) da maioria da população ou, mais precisamente, das camadas da classe trabalhadora.

De outro lado, identifica-se o chamado *saber popular* (dito não rigoroso/espontâneo/não-sistematizado etc...) que, no interior do esmagamento de seus portadores, tem, no entanto, lhes permitido a sobrevivência. Ambos (conhecimento científico x saber popular), entretanto, não têm dado conta, enquanto separados, isoladamente, da necessidade de transformação social como a estou entendendo neste trabalho. São isolados, insuficientes para contribuir com a transformação das atuais relações sociais e construção/consolidação de outras garantindo a hegemonia popular.

7. Parece, pois, se impor o seu confronto (saber popular x conhecimento científico) com a necessidade de transformação das atuais relações sociais nessa direção (cf. Souza, 1985). Isso porque imaginamos que apenas com a transformação das atuais relações sociais e construção/consolidação da hegemonia popular (direção moral, inte-

lectual e política, numa palavra *ideológica* da sociedade pelos interesses imediatos e históricos das camadas da classe popular) é possível uma nova sociedade com um novo ser humano (afetivo, útil, produtivo, solidário, num processo permanente de construção). Para isso, impõe-se, também, a necessidade de um novo conhecimento não mais popular, não mais científico, mas um conhecimento unificado, uma nova cultura popular. E mais, esse conhecimento tem de ser produzido no próprio processo de transformação nas diversas ações, momentos e níveis que o constituem (cf. Thiollent, 1985:68).

Tanto a transformação social quanto a transformação do conhecimento só têm sido possíveis através do encontro entre os explorados/oprimidos, intelectuais e lideranças revolucionárias autênticas onde se dá o confronto entre a sabedoria popular e o conhecimento crítico dessas lideranças e dos intelectuais, superando-se ambos no processo de construção/consolidação de outras relações sociais, emergindo uma nova cultura popular. Não será isso que aconteceu e está acontecendo na revolução nicaragüense, com todos os seus tropeços?

8. Parece-me que é neste contexto, consciente ou inconscientemente, pouco importa, primeiro no marco desenvolvimentista (que se revelou uma ilusão), e depois, na luta revolucionária duramente reprimida em nossos países, que vão se fazendo experiências desde o final da década de 1950 e início da de 1960.

Algumas destas experiências estão procurando se superar na década de 1970/80, outras desaparecendo. De qualquer modo, hoje nos desafiando, fazendo-nos novas exigências como intelectuais que nos queremos comprometidos com a construção de outras relações sociais. Nesse amplo movimento intelectual e militante latino-americano, vão emergindo as exigências de um conhecimento que dê conta da complexidade de um processo de transformação social. Esse movimento surge em resposta às reações/posições das camadas da classe popular ao seu esmagamento e da repressão e se expressa no âmbito da sociologia, da economia, da antropologia, da pedagogia, da educação⁴,

4. Nordeste do Brasil com o Movimento de Cultura Popular (MCP) e o Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife, experiências a partir das quais Paulo Freire parte, exilado, em sua peregrinação, perseguindo uma educação que contribua para a geração de homens num processo permanente de libertação (cf. Souza, 1984: 9^o capítulo; Barreto, 1980; Beisiegel, 1984).

da teologia (cf. Gutierrez, 1980) e das facções partidárias de "esquerda".

9. Parece-me que só é possível entender a pesquisa participante e sua metodologia no interior desse quadro. Nele surgem as pesquisas que se chamaram ação militante, autosenso, participante etc.

No CEAAL (Conselho de Educação de Adultos da América Latina) e no ICAE (Conselho Internacional de Educação de Adultos), adotou-se a denominação de pesquisa participante, não certamente por ser a mais adequada, mas apenas como uma indicação da necessidade de produzir o conhecimento necessário ao processo de transformação social no interior de várias ações, com a participação dos interesses (camadas da classe trabalhadora ou popular, intelectuais, lideranças revolucionárias, promotores e partidos de "esquerda", aliados) na sua realização. Todos em conjunto lutando pela transformação social e produzindo o conhecimento a ela necessário.

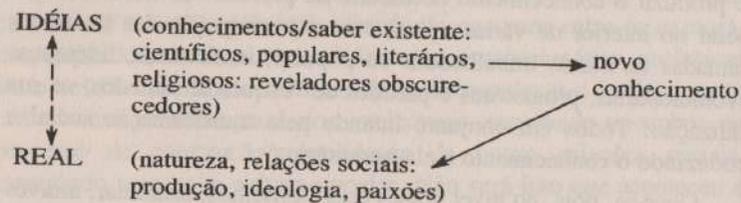
Quer-se, pois, ao nível desses dois Conselhos, estimular, através da educação popular, tal como a entendemos na América Latina, das diversas ciências e da pesquisa participante, os passos necessários à produção desse conhecimento no interior ainda das velhas relações sociais, onde não se está fazendo uma revolução, como no caso da Nicarágua, mas também lá.

Esse novo conhecimento (nova cultura popular? conhecimento unificado?), resultante do confronto do saber popular e do conhecimento científico atuais na ação ou na busca de solução dos problemas imediatos e históricos das camadas da classe popular, começa a ser produzido através de atividades direcionadas à transformação social, refletidas rigorosamente.

10. Essa perspectiva (confronto saber popular e conhecimento científico com a necessidade de transformação social) parece mais de acordo com o processo de produção de conhecimentos.

Qualquer novo conhecimento é produzido a partir de um conhecimento anterior que, em confronto com o real, mostrou-se insuficiente (cf. Cardoso, 1972; Mao-Tse-Tung, 1978). Esse novo conhecimento, também apenas aproximado (verdade aproximada), a ser testado na prática (Marx, *Tese sobre Feuerbach*) e provisório se superará, desdobrando-se em outro conhecimento. E assim sucessivamente. Essa parece ser historicamente a dinâmica do conhecimento.

Nenhum conhecimento surge diretamente da prática (não tem, parece, cabimento a idéia de que o conhecimento vem da prática), mas da reflexão sobre ela. Ele é expressão aproximada do real, não o revelando completamente. Corresponde a algumas estruturas verdadeiras do real. Mas não coincide com ele. E mais, historicamente o tem revelado e encoberto, não há uma relação direta teoria/prática, saber-conhecimento/realidade (cf. Vasquez, 1986).



Essas idéias, confrontando-se entre si e com o real, é que produzem o novo conhecimento que se volta sobre aquele para transformá-lo na direção da hegemonia popular ou do capital. É desse confronto, pois, que surge o conhecimento novo e não da realidade, mas da prática diretamente. Um conhecimento vem de um conhecimento anterior que é superado. Mas, sempre, no entanto, referido ao concreto real (que não é igual ao empírico), que se torna concreto pensado (cf. Kostk, 1968). Não é, parece, nem como queriam os empiristas (conhecimento vem da prática), nem como queriam os racionalistas (conhecimento vem da razão), em quaisquer de suas versões.

11. No caso da pesquisa participante, no meu ponto de vista, as idéias (ou conhecimentos anteriores) das quais devem se gerar novos conhecimentos em confronto com as exigências de transformação social são os conhecimentos científicos que têm sido produzidos pelas diversas comunidades científicas e o saber popular historicamente produzido e acumulado pelas camadas da classe trabalhadora em nossos países. O conhecimento científico e o conhecimento popular, isolados, têm, cada um de per si, se mostrado insuficientes quando con-

frontados com as exigências de transformação social e construção da hegemonia popular. No entanto, o seu isolamento tem-se revelado eficientíssimo na manutenção da exploração/opressão e da hegemonia do capital, mesmo nas reformas e modernização de nossas sociedades nacionais.

O sujeito histórico de transformação social (camadas da classe popular, seus intelectuais, intelectuais comprometidos com sua hegemonia, lideranças revolucionárias, aliados), inicialmente heterogêneo, irá, através da luta política e do processo da pesquisa participante, se homogeneizando o suficiente, não totalmente, para garantir a direção do processo político de construção/consolidação da nova sociedade.

12. Nessa perspectiva, parece-me, inclusive, ser possível superar a questão da relação sujeito cognoscente e objeto cognoscível que, quase sempre, é colocada de forma equivocada. Pois as camadas da classe popular não são peças anatômicas que se tornem objetos de dissecação, de pesquisa, de conhecimento.

Parece-me que, na perspectiva do confronto, fica claro que o objeto do conhecimento são os conhecimentos anteriores em confronto com a realidade, de cujo processo de confrontação são sujeitos pesquisadores e participantes envolvidos no problema pesquisado.

A necessidade de relacionar esses conhecimentos com as exigências da transformação social, para que se produza um conhecimento unificado que, pouco explícita no início, vai se tornando mais clara atualmente, encontra nas experiências de pesquisa participante o seu eixo mais significativo.

Acredito que a proposta de pesquisa participante vai permitir a constituição, no sentido de Kuhn (1975), de um novo paradigma científico para as ciências sociais, desde que se dê o aprofundamento teórico-metodológico e se consolidem seus procedimentos.

Com mais um passo nessa direção, a rede de pesquisa participante do CEAAL (cf. Rede Latino-Americana..., 1985) está iniciando a realização de um Projeto de Sistematização de Experiências de Pesquisa Participante na América Latina. Já há indicação para o novo paradigma a ser elaborado, pois, além de se considerar o movimento, as contradições, a luta de classes, as condições materiais — numa palavra, as condições objetivas — da realidade, nos tradicionalmente desvinculados níveis macro e microsocial, procurar-se-á dar conta do fenômeno humano da consciência e da experiência do outro, numa

palavra, das condições subjetivas da realidade, indispensáveis em qualquer processo de transformação social (cf. Horkeimer, 1974; Dussel, 1974; Souza, 1984), indicando-se assim as possibilidades/condições de organização/mobilização para construção/consolidação da hegemonia popular.

13. Dessas considerações, parece emergir como princípio metodológico fundamental da pesquisa participante o seguinte: trabalhar com as diversas camadas da classe trabalhadora, na ação na busca da solução para seus problemas, debatendo-os e analisando-os à luz de seus interesses imediatos e históricos, de seu saber e dos conhecimentos científicos disponíveis, procurando, através de suas diversas organizações, meios e recursos para resolvê-los na perspectiva de sua hegemonia.

Nesse processo, novos conhecimentos capazes de superar a dicotomia saber popular x conhecimento científico serão produzidos e sistematizados para se constituírem em instrumentos da humanização do homem (cf. Souza, 1984:444). Nesse aspecto, o estudo da metodologia auxilia tanto os pesquisadores quanto os participantes a se orientarem no processo de pesquisa e na aquisição dessa capacidade de debate.

Como ensina Thiollent, “associado à prática da pesquisa o estudo da metodologia exerce uma importante função de ordem pedagógica, isto é, a formação do estado de espírito e dos hábitos correspondentes ao ideal da pesquisa científica” (Thiollent, 1985:25).

14. O conhecimento necessário ao processo de transformação social e construção/consolidação de novas relações sociais tem, portanto, que ser produzido de forma absolutamente rigorosa, dadas as dificuldades (muito maiores) de sua elaboração. Só que dentro de uma concepção metodológica, como indico, diferente. Pois esse conhecimento supera a pseudoneutralidade científica, gerando-se a partir do compromisso ético-político de cientistas/pesquisadores com a transformação das condições de vida e de trabalho das camadas da classe popular.

Superando-se a pseudoneutralidade, constrói-se a verdadeira cientificidade, que consiste na explicitação do compromisso e da natureza política da produção do conhecimento e do seu processamento rigoroso a partir dessa opção.

Quanto mais aproximado do real, mais útil será o conhecimento para o processo de transformação social, superação das atuais relações sociais pela construção/consolidação de outras num modo de produção diferente com outra organização do poder político. Nesse processo de transformação social, há lugar para as transformações de pequeno e médio alcances que, no entanto, devem estar orientadas para a construção/consolidação da hegemonia passando pela questão do poder político. Ter-se-á de aprofundar a questão do controle do poder político não apenas antes, como também no processo de construção/consolidação das novas relações sociais.

15. Em relação à questão do alcance das pequenas e médias transformações em função da hegemonia popular, parecem procedentes as ponderações de Michel Thiollent. Pois “na definição do real alcance da proposta transformadora associada à pesquisa é necessário esclarecer cuidadosamente as possíveis inter-relações entre os três níveis: grupos e indivíduos, instituições intermediárias, sociedade global. (...) já que se trata de transformar algo, é preciso ter uma visão dinâmica acerca do desenvolvimento da pesquisa no qual devem estar presentes considerações estratégicas e táticas para saber como alcançar os objetivos, superar ou contornar os obstáculos, neutralizar as reações adversas etc.” (Thiollent, 1985:20).

Não se esqueça, no entanto, de que as inter-relações têm de ser avaliadas pela vinculação das ações de pequeno ou médio às de grande alcance: construção/consolidação da hegemonia popular.

As ações de pequeno e médio alcance, além de representarem melhoras nas condições de vida e de trabalho das camadas da classe popular, têm de contribuir para o avanço do seu processo de organização/consciência pela compreensão mais ampla e concreta dos mecanismos de exploração/opressão e do início de sua superação. É nesse amplo processo que vão sendo produzidos conhecimentos, saberes e valores que constituirão o conhecimento unificado, uma nova síntese cultural ou a nova cultura popular. A cultura de seres humanos num processo permanente de humanização.

16. Nesse contexto, a questão da metodologia da pesquisa participante se coloca em dois níveis:

a) a metodologia com reflexão sobre os métodos e técnicas da pesquisa social para descobrir, criar e recriar o que seria mais adequado à produção desse conhecimento na reflexão de ações ou de busca de

soluções para os problemas da situação das camadas da classe popular;

b) a metodologia como desenvolvimento de princípios orientadores da condução da pesquisa participante; estes princípios se constituem no modo de conduzir a pesquisa; nesse sentido, prefiro falar em aspectos teórico-metodológicos da pesquisa participante, pois, necessariamente, além do esboço de uma teoria da transformação social, esses aspectos implicam uma teoria do conhecimento, ou seja, princípios epistemológicos e gnoseológicos na distinção entre produção científica e filosófica, ou ciência e saber; esses princípios se constituirão nos critérios para a reflexão sobre os métodos e técnicas existentes e para a produção de outros.

Deseja-se, pois, produzir um conhecimento que, numa concepção rigorosa e renovada, seja reconhecido como científico e como saber. Deve-se, na pesquisa participante, satisfazer algumas condições de realização da pesquisa e satisfazer, também, as exigências dos conhecimentos científico e filosófico, como têm sido entendidos até agora, os quais não são necessariamente positivistas, idealistas ou pilares dos interesses da ideologia capitalista incrustados na ciência e na filosofia. Não podemos nos submeter ao tecnocratismo nem ao academicismo, mas também não podemos submergir num populismo ingênuo ou num romantismo inocente.

17. Como indica Thiollent, o “grande desafio metodológico consiste em fundamentar a inserção da pesquisa-ação dentro de uma perspectiva de investigação científica, concebida de modo aberto e na qual ciência não seja sinônimo de positivismo, funcionalismo ou de outros rótulos” (Thiollent, 1985:42).

Continua Thiollent: “Alguns aspectos da crítica ao sistema convencional de pesquisa científica (academicismo, dependência institucional, unilateralidade da interpretação etc.) são muito pertinentes. Mas isto não deve nos fazer abrir mão das idéias de ciência e de racionalidade, sem as quais sempre há riscos de recaídas no irracionalismo que, tanto no passado como no presente, foi associado ao obscurantismo e às manipulações de toda ordem” (Thiollent, 1985:21). Essas advertências de Thiollent parecem-me da maior importância, pois na pesquisa participante, além da ação e da participação, temos que produzir conhecimentos, contribuir para a discussão e fazer avançar o debate em relação às questões abordadas. Nesse sentido, afirma

ele que “sem abandonarmos o espírito científico podemos conceber dispositivos de pesquisa social com base empírica nos quais, em vez de separação, haja um tipo de co-participação dos pesquisadores e das pessoas implicadas no problema investigado. A substituíbilidade dos pesquisadores não é total, pois o que cada pesquisador observa e interpreta nunca é independente da sua formação, de suas experiências anteriores e do próprio mergulho na situação investigada. Em lugar da substituíbilidade, a condição de objetividade pode ser parcialmente respeitada por meio de um controle metodológico do processo investigativo e com o concurso de vários investigadores acerca do que está sendo observado e interpretado. Por sua vez, a quantificação é sempre útil quando se trata de estudar o fenômeno cujas dimensões e variações são significativas e quando exigem instrumentos de medição aplicáveis sem demasiado artificialismo” (Thiollent, 1985:22-3).

E acrescenta o autor: “A compreensão da situação, a seleção dos problemas, a busca de soluções internas, a aprendizagem dos participantes, todas as características da pesquisa-ação não fogem ao espírito científico. O qualitativo e o diálogo não são anticientíficos. Reduzir a ciência a um procedimento de processamento de dados quantificados corresponde a um ponto de vista criticado e ultrapassado, até mesmo em alguns setores das ciências da natureza” (Thiollent, 1985:23-4).

18. Com essas considerações, é salientada a natureza argumentativa ou deliberativa da pesquisa participante, no plano das formas de raciocínio, em oposição à concepção tradicional de pesquisa que valoriza os critérios lógico-formais e estatísticos. É, pois, possível, como mostra ainda Thiollent, “estabelecer o vínculo entre, de um lado, o raciocínio hipotético e as exigências da comprovação e, por outro, as argumentações dos pesquisadores e participantes” (Thiollent, 1985:13, 27-32).

Nesse processo não se pode, então, abandonar as suposições ou hipóteses (cf. Thiollent, 1985: 32-6) que funcionam como orientadoras da pesquisa, permitem a inferência e algumas generalizações (cf. Thiollent, 1985: 36-9).

Na pesquisa participante, tanto as interpretações da realidade observada quanto as ações transformadoras são objetos de deliberação. Ações cujo alcance transformador não pode criar falsas expectativas ao nível da transformação global da sociedade (cf. Thiollent,

1985: 13). A pesquisa participante inscreve sua objetividade a partir de suas implicações políticas e valorativas, tendo que ser avaliada não apenas pelo nível de conhecimento que permite produzir, mas também pelo impulso que consegue proporcionar ao processo de organização/mobilização das camadas da classe popular.

Tem-se, portanto, que precisar com clareza, “de um lado, qual é a ação, quais seus agentes, seus objetivos e obstáculos e, por outro lado, qual é a exigência do conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados na ação ou entre os atores da situação” (Thiollent, 1985: 16).

Como afirma Fals Borda, a pesquisa participante é “um processo que combina a pesquisa científica e a ação política”, cuja meta é “transformar radicalmente a realidade social” (econômico-ideológica) “e construir o poder popular” (Borda, 1985: 125) em benefício de todos. Almeja-se, assim, uma sociedade que permita a humanização de todos os seres humanos. E a pesquisa participante é entendida como um dos instrumentos a contribuir com esse processo na medida em que permite produzir o conhecimento adequado à transformação social e à construção/consolidação de novas relações sociais.

BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, Júlio. *Conscientização e educação popular*. Petropolis, Vozes, 1980.
- BEISIEGEL, Celso. *Educação e política: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo, Ática, 1984.
- BORDA, Orland Fals. *Conocimiento y poder popular - lecciones con campesinos de Nicaragua, México, Colômbia, Bogotá, Siglo XXI/Punta de Lanza*, 1985.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *La producción de conocimientos*. México, Ediciones Era, 1972.
- DUSSEL, Enrique. *Método para una filosofía de la liberación; superación analéctica de la dialéctica hegeliana*. Salamanca, Siguime, 1974.
- GUTIERREZ, Gustavo. *A teologia da libertação*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- HORKEIMER, Max. *Teoria crítica*. Buenos Aires, Amorrortu, 1974.
- KOSTK, K. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- MAO-TSE-TUNG. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978, vol. III.
- MARX, Karl. *Tese III sobre Feuerbach*.
- SOUZA, João Francisco de. Emergent problems of the participatory research in Latin America. In: *Report of the International Participatory Research Coordinatory Meeting*. Toronto, ICAE, 1985.
- _____. *Pedagogia da revolução - subsídios; confronto do discurso dos governos Cid Sampaio X Miguel Arraes: Pernambuco, 1958/64*. Recife, CMS/PIMES-UFPE, 1984.
- REDE LATINO AMERICANA DE PESQUISA PARTICIPANTE. Anteprojeto de Sistematização de Experiências de Pesquisa Participante. Recife, Coordenação da Red de IP, 1985.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.
- VASQUEZ, A. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

CADERNOS n.º 1

Associação Brasileira de
Ensino de Serviço Social

O PROCESSO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Este primeiro número dos Cadernos ABESS divulga os eixos temáticos da 24.ª Convenção da Associação Nacional de Ensino de Serviço Social, realizada em Niterói - RJ, no período de 6 a 7 de setembro de 1985. Compara palestras em torno dos temas: **Conjuntura Nacional e Formação Profissional**, reunindo intervenção dos professores Luís Eduardo Wanderley e Alba Maria Pinho de Carvalho; **Teoria, Método e História na Formação Profissional**, que contou com a participação de Tereza Quiroz (CELATS) e dos professores José Paulo Netto (PUC-SP) e Vicente de Paula Faleiros (UnB).

CORTEZ
EDITORIA